



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Cauane Gabriel Azevedo Maia

**O protagonismo da população negra nos primórdios do Mercado Público de
Florianópolis**

Florianópolis
2023

Cauane Gabriel Azevedo Maia

**O protagonismo da população negra nos primórdios do Mercado Público de
Florianópolis**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof.(a) Solange Regina Marin,
Dr.(a)

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Maia, Cauane Gabriel Azevedo
O protagonismo da população negra nos primórdios do
Mercado Público de Florianópolis / Cauane Gabriel Azevedo
Maia ; orientador, Solange Regina Marin, 2023.
68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Mercado Público; Negros;
Florianópolis. I. Marin, Solange Regina. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas.
III. Título.

Cauane Gabriel Azevedo Maia

O protagonismo da população negra nos primórdios do Mercado Público de Florianópolis

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Econômicas.

Local Florianópolis, 30 de junho de 2023.



Coordenação do Curso

Banca examinadora



Prof.(a) Solange Regina Marin, Dr.(a)

Orientador(a)



Prof.(a) Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski, Dr.(a)

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.(a) Liana Bohn, Dr.(a)

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2023.

Às *Ìyáloja*¹, as mulheres que chefiam os mercados.

¹ *Ìyáloja* é um termo em Yorubá que pode ser compreendido como “mulher que chefia os mercados”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas ancestrais, minha família e todas as mulheres que, com seus tabuleiros, quitandas² e quitutes³ movimentaram os recursos para manter suas linhagens. Nesse momento, saúdo e me inspiro nas *Íyáloja*, mulheres que chefiam os mercados, e que me fizeram chegar até aqui.

Estendo os agradecimentos à minha orientadora, Profa. Dra. Solange Marin, pelas generosas trocas que, com a mesma lógica das bancas dos mercados de *Exu Olojá*, permutou conhecimentos e me provocou na melhor direção, de maneira honesta, generosa e atenta.

Assim, não posso deixar de negritar a banca avaliadora, totalmente feminina, formada pelas Profa. Dra. Carmen Gelinski e Profa. Dra. Liana Bohn, e agradecer-las pela disponibilidade, contribuições valiosas e por seguir, desde as primeiras disciplinas do curso até essa reta final, primando pela educação emancipadora.

Agradeço ao curso de Ciências Econômicas através da sua comunidade: coordenação/administração, corpo docente, corpo discente, servidores e todas as pessoas que trabalham na instituição, por toda a dedicação ao longo desses anos.

Por fim, estendo meu caloroso agradecimento à todas as pessoas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para que essa caminhada acadêmica se realizasse e, em grande medida, fosse menos exaustiva e dura.

*Gbogbo Modupé ooo*⁴

² Termo de origem Quimbundu (*kitanda*), a quitanda no Brasil surge para designar a negra que vendia gêneros alimentícios em tabuleiro.

³ O termo quitute tem origem Quicongo (*kituuti*) e no Brasil pode ser compreendido como iguarias de preparo delicado.

⁴ “*Gbogbo Modupé ooo*” é uma expressão em Yorubá que pode ser compreendida como “Agradeço à todas as pessoas”.

“Oja oja ni awon mejeji”

A banca do mercado tem dois lados (WILLIAM, 2019, p. 20)

RESUMO

A pesquisa analisa sobre a presença da população negra na capital catarinense através da sua atuação no Mercado Público de Florianópolis-SC, inaugurado em 1851, desvelando os debates da elite local e dos administradores públicos, onde as motivações para a construção desse aparelho urbano acabam posicionando os descendentes de africanos no centro da questão. A ocultação da atuação não-branca no município se desfaz quando se observa os documentos da época, negligenciados pela historiografia. São as quitandeiras, quituteiras e pombeiras(os) negras(os) as responsáveis pela distribuição dos gêneros alimentícios na Freguesia do Desterro e sua atuação não pode ser descolada da trajetória do Mercado Público. Para Pintaudi (2006), os mercados públicos determinam as primeiras separações entre homem/natureza, uma vez que o homem deixa de produzir a sua existência, anunciando outros ritmos para o tempo e espaço social através das trocas de produtos. O Mercado Público, enquanto local de abastecimento e comercialização de produtos, se metamorfoseia na modernidade com o surgimento de outras formas de escoamento e troca das mercadorias, assumindo um caráter mais tradicional e produzindo uma identidade social na paisagem urbana. Logo, é sobre seu aspecto socioeconômico, atravessado pelas relações assimétricas dos grupos étnicos que compõem a demografia da cidade, que se desenvolverá esse trabalho.

Palavras-chave: Mercado Público; Negros; Florianópolis.

ABSTRACT

The research analyzes the presence of the black population in the capital of Santa Catarina through their involvement in the Public Market of Florianópolis, SC, inaugurated in 1851, unveiling the debates of the local elite and public administrators, where the motivations for the construction of this urban facility end up placing the descendants of Africans at the center of the issue. The concealment of non-white involvement in the municipality unravels when examining the documents of the time, overlooked by historiography. It is the black vendors, cooks, and food distributors who are responsible for the distribution of foodstuffs in the Freguesia do Desterro, and their involvement cannot be detached from the trajectory of the Public Market. According to Pintaui (2006), public markets determine the first separations between man/nature, as man ceases to produce his own existence, heralding other rhythms for time and social space through the exchange of products. The Public Market, as a place of supply and commercialization of products, undergoes metamorphosis in modernity with the emergence of other forms of distribution and exchange of goods, assuming a more traditional character and producing a social identity in the urban landscape. Therefore, it is through its socioeconomic aspect, traversed by the asymmetric relations of the ethnic groups that make up the city's demography, that this work will develop.

Keywords: Public Market; black; Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem da década de 1880 mostra o Mercado Velho (Acervo IHGSC).....	43
Figura 2 – População aglomerada na lateral do Mercado, na época à beira mar (Acervo IHGSC)	44
Figura 3 – População aglomerada na lateral do Mercado, na época à beira mar (Acervo IHGSC)	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos documentos analisados na monografia.....	23
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mappa da população da Freguesia do Desterro em 1859: contém a Freguesia de N. S. do Desterro 1.216 fógos e 6.095 habitantes a Saber..... 56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APESC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
NEA	Núcleo de Estudos Açorianos
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	METODOLOGIA	17
2	DESENVOLVIMENTO E OCULTAÇÃO	25
2.1	A ECONOMIA E AS RELAÇÕES RACIAIS	25
2.2	OCULTAÇÃO DA PRESENÇA NEGRA E OS AÇORIANISTAS.....	29
3	PENSANDO O MERCADO PÚBLICO	39
3.1	O MERCADO PÚBLICO NO MUNDO	40
3.2	O MERCADO PÚBLICO DE DESTERRO	42
3.3	ANALISANDO OS DOCUMENTOS.....	47
4	POPULAÇÃO NEGRA EM DESTERRO	53
4.1	O “ESTADO BRANCO”	54
4.2	A POPULAÇÃO NEGRA E O MERCADO PÚBLICO EM DESTERRO.....	57
5	CONCLUSÃO	62
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo analisar os elementos socioeconômicos que se entrecruzam nas relações estabelecidas entre as pessoas da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro antes e depois da fundação do primeiro Mercado Público da capital catarinense, observando o período da década de 1850, quando o regime escravocrata ainda estava vigente.

A trajetória dos Mercados Públicos, em um contexto mais amplo, aponta para seu caráter inicial como local de distribuição e negociação de mercadorias, especialmente gêneros alimentícios, em substituição às feiras livres. Posteriormente, com o surgimento dos supermercados e shopping centers, esses espaços perderam seu papel como abastecedores das cidades e adaptaram-se às necessidades turísticas, incorporando outras atividades, como bares e restaurantes, e tornando-se mantenedores da identidade cultural local.

Focando no período em que surge o primeiro Mercado Público na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, atual capital catarinense, na década de 1850, bem como nos debates públicos, motivações e viabilização de sua instalação, é importante destacar a população negra da época, tanto escravizada quanto liberta, como um ponto crucial a ser analisado em relação ao papel desempenhado por ela nas interações socioeconômicas da cidade.

O fato de não ter existido um sistema de *plantation*⁵ no estado de Santa Catarina, especialmente em Florianópolis, não é suficiente para determinar o nível de dependência da mão-de-obra escravizada na cidade, como apontado pela antropóloga Ilka Boaventura Leite (1996). Além disso, é importante considerar a atuação da população negra no desenvolvimento socioeconômico local.

Dessa maneira, examinar a constituição e trajetória inicial do Mercado Público na capital catarinense durante a década de 1850 pode fornecer elementos fundamentais para responder à seguinte questão: Qual é o papel da população descendente de africanos na formação e trajetória do Mercado Público da capital catarinense?

⁵ *Plantations* enquanto sistema de produção, de acordo com as definições de Sidney Mint (2008), são propriedades com mais de 100 hectares cujo trabalho é voltado para a produção de uma ou duas mercadorias agrícolas para exportação ultramarina.

Assim, o objetivo da pesquisa é analisar a atuação da população descendente de africanos no desenvolvimento socioeconômico da capital catarinense, observando sua contribuição na constituição do primeiro Mercado Público do município.

Para tanto, os objetivos específicos são: revisar a bibliografia sobre a instalação do primeiro Mercado Público, observando os elementos socioeconômicos; levantar os documentos oficiais produzidos pelas autoridades do período e os textos publicados nos jornais da época que abordam a situação da população descendente de africanos e sua participação na economia local, bem como as regulamentações relacionadas ao Mercado Público; e analisar o papel desempenhado pela população negra na trajetória da capital catarinense durante o período investigado.

A reflexão sobre o papel da população negra na constituição do Mercado Público de Florianópolis, destacando a relevância de sua atuação na criação e desenvolvimento desse espaço durante a década de 1850, ganha importância no contexto da capital catarinense, que historicamente negou a presença negra em sua formação.

De acordo com Popinigis (2012), a historiografia sobre o Mercado Público negligencia a participação da população negra ao longo de sua trajetória, mesmo quando fontes primárias, como documentos históricos e periódicos da época, indicam o contrário. Dessa forma, a monografia busca contribuir para o aprofundamento do debate, atualizando as perspectivas sobre o tema através de abordagens complementares.

1.1 METODOLOGIA

A elaboração das pesquisas na ciência econômica difere das chamadas ciências da natureza, uma vez que seu objetivo é estudar a realidade em si. Essa disciplina pode ser classificada em economia positiva, voltada para o estudo do que é, e economia normativa, que se dedica ao estudo do que deveria ser (BOCCHI *et al.*, 2004).

Outro fator que determina a especificidade da ciência econômica em relação às ciências exatas é a sua imprecisão, ou seja, a falta de exatidão na economia. Isso ocorre porque não é possível quantificar ou determinar o comportamento humano por meio de modelos matemáticos e estatísticos, como aponta Bocchi (2004). No

entanto, o método indica o caminho necessário para obter resultados ou alcançar os objetivos propostos pela pesquisa:

O objetivo geral das ciências, (...) é o de chegar ao saber, mas com um conjunto de exigências, posturas e preocupações quanto à transparência, objetividade, rigor, verificabilidade e abertura, entre outras. A metodologia, área específica da lógica, tem por objeto de estudo os métodos ou procedimentos utilizados pelas diferentes ciências ou correntes científicas, em virtude da natureza distinta de seus objetos para atingir o conhecimento. (BOCCHI *et al.* 2004, p. 54)

Bocchi (2004) considera que os métodos analítico, dedutivo, indutivo e dialético são formas consagradas de abordagem da realidade. Nesse contexto, a presente pesquisa emprega os métodos analíticos, os quais permitem a análise do objeto de estudo em suas partes e elementos condicionantes, bem como a observação das relações de causa e efeito. Em outras palavras, esses métodos são fundamentais para a atividade de pesquisa que visa compreender o objeto em si e seu contexto (BOCCHI *et al.*, 2004).

Da mesma forma, os métodos indutivos são uma parte intrínseca desta pesquisa, uma vez que partem do particular para chegar ao geral por meio da acumulação de experiências e observações de uma determinada realidade. Esses métodos também envolvem a classificação e comparação, permitindo identificar as características comuns no conjunto de observações (BOCCHI *et al.*, 2004).

A pesquisa sobre a população negra no Mercado Público da capital catarinense durante a década de 1850, através dos documentos e periódicos da época, não somente foram utilizados os métodos analítico e indutivo, como também a etnografia de documentos, considerando o caráter empírico da monografia e o seu recorte temporal.

Considerando a etnografia⁶ uma ferramenta metodológica consagrada para antropologia, a mesma refere-se a imersão do pesquisador na cultura em estudo, por meio da observação participante e extensa interação social com o grupo. A pesquisa etnográfica, portanto, permite uma interpretação aprofundada da cultura de um grupo, explorando a estrutura dos seus significados culturais e sua influência no comportamento coletivo (MASCARENHAS, 2002).

Nos primórdios da antropologia, impulsionados pela influência do Iluminismo e pelo compromisso de estabelecer uma ciência da humanidade, os evolucionistas

⁶ Para maiores informações acerca do método etnográfico ler o texto “Tema, método e objetivo desta pesquisa” do livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de autoria do Bronislaw Malinowski (2018).

culturais do século XIX empenharam-se em estabelecer paralelos e analogias com as ciências naturais, o que moldou suas concepções acerca do ser humano e sua cultura. Considerados "pesquisadores de gabinete", os antropólogos evolucionistas baseavam suas análises em dados coletados por terceiros, como relatos de viajantes e administradores coloniais.

No final do século XIX, emerge o método de pesquisa de campo na disciplina da antropologia, conferindo ao antropólogo a responsabilidade pela coleta direta dos dados. Foi o antropólogo Bronislaw Malinowski (2018 [1922]) que sistematizou, em sua obra intitulada "Argonautas do Pacífico Ocidental", um conjunto de orientações metodológicas que acabaram por influenciar a compreensão do trabalho de campo, da etnografia e da observação participante. A partir desse momento, as fontes documentais perderam relevância como artefatos etnográficos:

Em meados do século passado, Evans-Pritchard (1950) já chamava a atenção para o fato de que uma das mazelas da postura não só a-histórica, mas também anti-histórica da antropologia estrutural-funcionalista, que consagrou a "observação participante" como método privilegiado da disciplina, era o uso acrítico de fontes documentais. (FERREIRA; LOWENKRONNS, 2020, p.19)

Para Ferreira e Lowenkrons (2020), após a denominada "virada histórica" na disciplina antropológica durante os anos 1980, a concepção de uma etnografia dos/nos arquivos, em suas diversas formas e extensões metafóricas, deixou de ser considerada exótica e passou a ser mais frequentemente adotada.

A abordagem clássica para lidar com documentos consiste justamente em olhar através deles, em vez de apenas para eles (HULL *apud* FERREIRA; LOWENKRONNS, 2020). Dessa forma, é possível criar narrativas etnográficas sobre cenas, discursos e eventos que não foram presenciados diretamente pelo pesquisador. Em outras palavras, trata-se de situações que não foram registradas em primeira mão em seu caderno de campo, mas que foram previamente documentadas por outras fontes, aponta Vianna (2014 *apud* FERREIRA; LOWENKRONNS, 2020).

Cada vez mais utilizada por outras áreas do conhecimento, além da antropologia, a etnografia, cujo método empírico é imperativo para o desenvolvimento da pesquisa, vem ganhando espaço. Desse modo, tal método é utilizado na monografia em questão, uma vez que a análise de fontes documentais, artefatos etnográficos importantes, é uma etapa que ganha centralidade:

Boas etnografias cumprem, pelo menos, três condições: i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de

maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica. (PEIRANO, 2014, p.386)

De acordo com Gustavo Onto (2020), o verbo "documentar" pode adquirir diversos significados, englobando tanto a produção de evidências e provas quanto a noção de organização. Nesse sentido, de acordo com o período observado na pesquisa, busca-se analisar os documentos relacionados à constituição do Mercado Público em Florianópolis, levando em consideração as relações, hierarquias e contexto presentes, bem como observando os significados contidos nesses artefatos documentais, considerando a maneira como a população negra aparece nos mesmos.

Na pesquisa, ao analisar os documentos é necessário se atentar para a impossibilidade de separar o que está escrito, seu conteúdo, da forma como foi inscrito, deslocando o enfoque da dimensão do referencial dos documentos para a sua materialidade, observando de que maneira carimbos, brasões, assinaturas, entre outros, recriam performaticamente institucionalidades, autoridades e hierarquias (FERREIRA; LOWENKRON, 2020).

Para Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020), mais do que registrar realidades pré-existentes, os documentos produzem e fabricam realidades que governam territórios, relações e corpos. Nesse sentido, para Roberto DaMatta (2002) o significado cultural dos documentos é ser a "mão visível do Estado" na sociedade brasileira.

Talvez porque esses "documentos" estejam muito próximos de nós, sendo constitutivos de nossa civilidade e surgindo como atores básicos nos nossos mitos fundacionais - todo país que se preza tem que ter uma "declaração" (de guerra e/ou de independência), um "manifesto" ou uma constituição - deixamos de tomá-los como objetos de estudo e como manifestações concretas da mão visível do Estado nas sociedades modernas. O fato é que há, reitero, uma notável ausência de reflexão sobre esses controles "invisíveis", sobretudo quando se vive em sociedades "adiantadas", "pós-industriais", governadas por sistemas políticos "plenamente" democráticos. (DAMATTA, 2002, p. 45)

Com isso, ao observar documentos do período escravocrata sobre a população negra, a análise pode desempenhar um papel fundamental na compreensão das estruturas de poder, relações sociais e instituições que governaram na época. Os documentos podem revelar políticas, leis, registros de propriedade, contratos e correspondências que evidenciam as condições da população escravizada, os sistemas de controle aos quais eram submetidos e os desafios enfrentados.

Explorando tais documentos, a pesquisa busca desvendar as narrativas e práticas subjacentes à escravatura, destacando a atuação e experiências dos indivíduos afetados, bem como examinando as estruturas legais e sociais que sustentaram o sistema escravista. A análise dos documentos pode contribuir para uma compreensão mais profunda acerca da presença negra na capital, além de informar debates contemporâneos sobre igualdade racial e justiça social.

Superar a dimensão informacional e instrumental dos documentos nas pesquisas, analisando-os enquanto produtores de conhecimento e relações, coloca-os enquanto artefatos etnográficos e reabilitando a sua importância para pesquisadores contemporâneos (FERREIRA; LOWENKRON, 2020).

A metodologia para lidar com os documentos pode ser caracterizada pela leitura de arquivos na *contracorrente*. Isso implica em subverter os modos de compreensão estabelecidos e pretendidos pela racionalidade administrativa responsável pela produção e manutenção desses acervos documentais. Essa abordagem permite uma análise crítica e imaginativa das fontes tradicionais, desafiando suas narrativas dominantes e explorando novas perspectivas interpretativas, como afirmam Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020).

Outro método de análise dos documentos é a leitura *ao longo da corrente*, ou seja, considerar o arquivo como artefato cultural buscando entender as perspectivas e preocupações dos seus artífices, atribuindo especial atenção às convenções, repetições, os esquecimentos, não ditos e hierarquias de credibilidade que determinam saberes qualificados ou não (FERREIRA; LOWENKRON, 2020).

Assim, a etnografia dos documentos busca recuperar vozes subalternizadas e ocultadas, resgatando ações e agências, percepções e gestos de resistência daquelas pessoas que se localizam nas margens dos registros documentais. Desse modo, a população negra, negligenciada pela historiografia da capital catarinense, que atuou no primeiro Mercado Público da cidade, insurge com seus saberes subjugados.

A seguir, será apresentada uma breve descrição dos documentos que serão cuidadosamente analisados ao longo desta monografia, fazendo uso do ferramental metodológico previamente mencionado. Esses documentos desempenham um papel crucial na compreensão e no embasamento teórico deste estudo, permitindo uma análise aprofundada e fundamentada das questões abordadas. Ao aplicar a

metodologia proposta, busca-se extrair algumas ideias relevantes sobre esses documentos, contribuindo para a construção de um trabalho consistente e coerente:

Quadro 1 – Síntese dos documentos analisados na monografia

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTE
Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1833/1870)	Ofício do Juiz de Direito, Joaquim de Almeida Carvalho, em 23 de março de 1840, para o Presidente da Província.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão. Caixa 26
Relatos dos viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX	Relato do viajante alemão Langsdorff (<i>apud</i> HARO, 1990), que esteve em Nossa Senhora do Desterro em 1803	HARO, Martim Afonso Palma de. Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: EdUFSC, 1990
Jornal República	Notícia sobre a inauguração do Novo Mercado Público em 07 de fevereiro de 1899	MESQUITA, Ricardo Moreira. Mercado: do Mané ao turista. Gráfica 66. 2002
Jornal O Catharinense	Texto de Jerônimo Coelho, em 1832, solicitando a demolição das casas e quitandas na região central de Desterro	O Catharinense, n. 22 de 25 de janeiro de 1832
Jornal O Conciliador Catharinense	Anúncio de venda de uma mulher de descendência africana escravizada em 1849	O Conciliador Catharinense, n. 5 de 23 de maio 1849
Jornal O Argos da Província de Santa Catarina	Anúncio de compra de pessoas escravizadas de ambos os sexos em 1856.	O Argos. n. 35 de 02 de outubro de 1856
Correspondência enviada por Feliciano Nunes Pires, em 22 de agosto de 1835, para o Juiz de Direito da Comarca do Norte	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876), Caixa 24
Correspondência enviada por Antero José Ferreira de Britto, em 24 de novembro de 1840, para o Juiz de Direito da Comarca Sul.	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Caixa 24
Correspondência enviada por Antero José Ferreira de Britto, em 19 de setembro de 1844, para o Juiz de Direito da Comarca do Norte.	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Caixa 24
Correspondência enviada por Francisco José de Souza Soares de Andrêa, em 12 de setembro de 1839, para o Chefe de Polícia da Comarca Sul.	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876) Caixa 24
Correspondência enviada por Francisco José de Souza Soares de Andrêa, em 23 de outubro de 1839, para o Juiz de Paz do Rio Vermelho.	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Caixa 24

Correspondência enviada por Antero José Ferreira de Britto, em 24 de novembro de 1840, para o Juiz de Direito da Comarca Sul.	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Caixa 24
Correspondência enviada por Antero José Ferreira de Britto, em 19 de setembro de 1844, para o Juiz de Direito da Comarca do Norte.	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Caixa 24
Correspondência enviada por Francisco José de Souza Soares de Andrêa, em 12 de setembro de 1839, para o Chefe de Polícia da Comarca Sul.	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Caixa 24
Correspondência enviada por Francisco José de Souza Soares de Andrêa, em 23 de outubro de 1839, para o Juiz de Paz do Rio Vermelho.	Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes.	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876). Caixa 24
Relatos dos viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX	Relato do viajante Pernetty (<i>apud</i> HARO, 1990), que esteve em Nossa Senhora do Desterro em 1763	HARO, Martim Afonso Palma de. Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: EdUFSC, 1990
Relatos dos viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX	Relato do viajante Seidler (<i>apud</i> HARO, 1990), que esteve em Nossa Senhora do Desterro em 1825	HARO, Martim Afonso Palma de. Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: EdUFSC, 1990
Ofício enviado pelo Delegado de Polícia: João Pinto da Luz, em 26 de janeiro de 1860, para o Presidente da Província.	Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província (1842/1860).	APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Catálogo seletivo sobre a escravidão (1842/1860). Caixa 24: Florianópolis, 1993.

Fonte: elaborado pela autora Cauane Maia.

2 DESENVOLVIMENTO E OCULTAÇÃO

Neste capítulo será discutido a análise das relações raciais na economia, considerando as contribuições de algumas escolas econômicas. Serão exploradas algumas das elaborações teóricas de autores marxistas e intelectuais brasileiros para a reflexão sobre o racismo e a discriminação racial como estruturais ao sistema capitalista.

Será destacada a influência da concepção racialista na ciência econômica, assim como as implicações do imperialismo e da formação do sistema capitalista nas desigualdades, incluindo as violências baseadas em gênero contra mulheres colonizadas.

Além disso, será analisado o contexto brasileiro, com a manutenção da força de trabalho negra em condições marginais, confinada em empregos de menor qualificação e remuneração. Será necessário incorporar conceitos como superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal, e considerar as distorções causadas pelos sistemas de exploração da mão de obra escravizada no processo de acumulação primitiva e no mercado de trabalho.

Da mesma forma, a ocultação da população na historiografia de Florianópolis, apesar de documentos que contradizem a ideia de ausência ou inexistência dessas populações será analisado.

Essa ocultação é atribuída à promoção da ideia de Santa Catarina como um estado euro-branco, com base no movimento açorianista, que ganhou destaque ao fortalecer o açorianismo no litoral catarinense desde 1948. No entanto, essa posituação da identidade açoriana também acarreta dilemas. No cenário de disputa étnica entre as elites açorianas e alemãs, as populações negras e indígenas foram excluídas e ocultadas da noção de pertencimento às cidades do sul do Brasil. A compreensão do pertencimento étnico-racial é atravessada pela noção de origem, e as relações com o território são mediadas por concepções étnico-raciais.

2.1 A ECONOMIA E AS RELAÇÕES RACIAIS

A teoria neoclássica da economia é definida como a ciência que lida com a alocação eficiente dos recursos escassos para fins alternativos (FUSFELD, 2003; PAIXÃO, 2015). No entanto, essa definição não aborda completamente assuntos

como as relações raciais, que não podem ser compreendidas apenas pelas ações estratégicas no aspecto material e financeiro.

Segundo Marcelo Paixão (2015), a teoria marxista concentra-se nas contradições estruturais do sistema capitalista, deixando de lado assuntos relacionados às relações entre grupos étnicos e raciais. Outras correntes, como a keynesiana, schumpeteriana, neo-ricardiana e cepalina, apresentam poucas considerações sobre o tema.

No entanto, é importante destacar que a compreensão da economia deve considerar também aspectos históricos, culturais, psicológicos e psiquiátricos, conforme abordado pelo sociólogo Max Weber (1966 [1922]). A abordagem desses aspectos pode contribuir para uma análise mais completa e abrangente da economia e suas relações com a sociedade em diferentes contextos.

O pensamento econômico realizou alguns estudos sobre as relações raciais. Um exemplo importante são as contribuições da corrente marginalista, que abordou o tema da discriminação no mercado de trabalho e no acesso ao serviço público, observando determinantes como anos de estudo e experiência profissional como influenciadores das desigualdades salariais e das trajetórias ocupacionais dos grupos discriminados (EHRENBERG; SMITH, 2000 [1994] *apud* PAIXÃO, 2015).

Marcelo Paixão (2015) considera que autores marxistas, como Oliver Cox, Jean P. Sartre, Franz Fanon, Herbert Blaumer, Paul Baran e Paul Sweezy, compreendem o racismo e a discriminação racial como estruturais ao sistema capitalista. No contexto brasileiro, intelectuais como Leôncio Basbaum, Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez⁷ também contribuíram para essa reflexão. Eric Hobsbawm (1988 [1977], p. 135, *apud* Paixão, 2015) argumenta que a expansão do sistema capitalista pelo mundo, na segunda metade do século XIX, foi marcada “(n)a ‘luta pela existência’ que forneceu a metáfora básica do pensamento econômico, político, social e biológica do mundo burguês, somente os ‘mais capazes’ sobreviveriam, sendo sua ‘capacitação’ comprovada não apenas pela sobrevivência mas também pela dominação”.

Diante disso, torna-se imperativo uma reflexão mais aprofundada sobre o papel do racismo no interior das sociedades capitalistas, considerando sua influência

⁷ Para mais informações sobre as contribuições teóricas de Lélia Gonzalez enquanto intérprete do Brasil, veja o artigo “Entre os intérpretes do Brasil, a contribuição de Lélia Gonzalez”, de autoria da Solange Regina Marin (2023).

em diversas esferas sociais e históricas. Contudo, é importante ter em mente as influências da concepção racialista, oriundas da antropologia física, nas bases da ciência econômica. Embora essas influências não se apresentem de modo tão explícito, ainda é possível identificá-las.

Stanley Jevons (1983 [1871]), em seu trabalho "A Teoria da Economia Política", ao discorrer sobre quais os indivíduos seriam gabaritados ao cálculo econômico racional, desvela as influências racialistas ao colocar à margem dessa possibilidade os africanos e seus descendentes. Dessa maneira, após refletir sobre o problema do *trade-off* entre o lazer e o labor, considerando as recompensas monetárias e materiais, o economista afirma o seguinte:

(é) evidente que problemas deste tipo dependem muito da índole da raça. Pessoas de temperamento enérgico acham o trabalho menos penoso que seus camaradas e, se elas são dotadas de sensibilidade variada e profunda, nunca cessa seu desejo de novas aquisições. Um homem de raça inferior, um negro, por exemplo, aprecia menos as posses, e detesta mais o trabalho; seus esforços, portanto, param logo. Um pobre selvagem se contentaria em recolher os frutos quase gratuitos da Natureza, se fossem suficientes para dar-lhe sustento; é apenas a necessidade física que leva ao esforço. O homem rico na sociedade moderna está aparentemente suprido com tudo que ele pode desejar e, no entanto, frequentemente trabalha por mais sem cessar (JEVONS, 1983 [1871], p.116).

No capítulo XXIV do Livro I de "O Capital", ao analisar o tema da acumulação primitiva de capital, Marx (1984 [1871]) condena o processo espoliativo vivido pelos africanos e povos originários no processo de formação do sistema capitalista. No entanto, ao longo de seus escritos, é possível observar que o autor não estava imune às influências dos termos provenientes da antropologia física:

Abstraindo-se a forma mais ou menos desenvolvida da produção social, a produtividade do trabalho permanece ligada às condições naturais. Todas elas podem ser reduzidas à natureza do homem, como raça etc, e à Natureza que o rodeia (MARX, 1984 [1871], p.108)

A expansão territorial europeia, assim como os sistemas de exploração elaborados dentro da lógica colonialista e imperialista, também fora definidora das desigualdades no capitalismo. O desenvolvimento durante o período entre 1870 e 1945 ocorreu por meio dos imperialismos rivais, que se baseavam nas nações que só poderiam funcionar por meio da mobilização do racismo e da construção de solidariedades nacionais favoráveis ao fascismo doméstico, com predisposição aos confrontos externos violentos (HARVEY, 2003, p. 46).

Segundo Anne McClintock (2010), o imperialismo determinou os lugares e a forma como os corpos femininos e masculinos ocupariam os espaços de poder. Isso envolveu a transmissão do poder masculino branco por meio do controle das

mulheres colonizadas, o surgimento de uma nova ordem global de conhecimento cultural e o domínio imperial do capital mercantil.

O imperialismo europeu foi, desde o começo, um encontro violento com hierarquias preexistentes de poder que tomou forma não como um desdobramento de seu próprio destino, mas como interferência oportunista e desordenada com outros regimes de poder (McCLINTOCK, 2010, p. 21).

No trabalho pioneiro de Angela Davis (2016), na obra *Mulheres, Raça e Classe*, a conjugação das matrizes de opressão é complexificada à luz de uma abordagem marxista. Essa abordagem reconhece que o sistema escravista definia o povo negro como propriedade, resultando em relações de exploração do trabalho. Nesse contexto, as mulheres escravizadas eram vistas, não menos do que os homens, "como unidades de trabalho lucrativas", e, conseqüentemente, desprovidas de gênero.

A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens (DAVIS, 2016, p. 19)

Davis (2016) observa que, apesar disso, os abusos do período escravocrata eram operacionalizados de modo distinto quando se observavam os gêneros das pessoas escravizadas. Para a autora, tais violências contribuíram para a exploração econômica do trabalho das mulheres negras, que estavam longe de serem reconhecidas como "sexo frágil" ou "donas de casa". Dentro do sistema escravista, tanto mulheres, homens ou crianças escravizadas eram igualmente provedores para a classe proprietária da mão de obra escrava (DAVIS, 2016, p. 20).

Um exemplo que ilustra essa realidade é o caso das mulheres escravizadas expostas à toda sorte de violações, além das longas jornadas de trabalho. Essa exploração brutal evidencia como as violências baseadas no gênero permeavam o sistema escravista, impactando de forma específica as mulheres negras. Na citação abaixo constatamos que a mulher negra espancada pelo marinheiro João Coutinho sequer é nomeada:

[no dia 20] Foi preso um marinheiro do arsenal de Marinha. João Coutinho porque espancou uma escrava, de Pedro Guita e José de Freitas Soleão, por estar embriagado. Desterro, 23 de março de 1840.⁸

Para Lélia Gonzalez (2020 [1984]), o desenvolvimento econômico brasileiro é desigual e combinado, no qual a formação de uma massa marginal, a dependência

⁸ Ofício do Juiz de Direito, Joaquim de Almeida Carvalho, em 23 de março de 1840, para o Presidente da Província. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Catálogo seletivo sobre a escravidão. Fonte: Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1833/1870). Caixa 26. Digitação 2011: Florianópolis, 1993.

neocolonial e a manutenção de formas anteriores de exploração são fatores que se potencializam dentro do sistema capitalista. A autora destaca que a noção de massa marginal se refere à força de trabalho que, enquanto superpopulação relativa, torna-se supérflua em face do processo de acumulação hegemônico, representado pelas grandes empresas monopolistas (GONZALEZ, 2020 [1984], p. 96).

Com isso, o desenvolvimento econômico brasileiro manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, dentro de um contexto de capitalismo industrial competitivo, considerando seu caráter desigual e combinado (GONZALEZ, 2020 [1984]). Dessa forma, não é surpreendente que a população negra continue confinada em empregos de menor qualificação e com remuneração inferior.

Para refletir sobre o desenvolvimento econômico no Brasil e as relações raciais, Lélia Gonzalez (2020 [1984]) utiliza os conceitos de "superpopulação relativa", "exército industrial de reserva" e "massa marginal" na América Latina, desenvolvidos por José Nun (1978 *apud* GONZALEZ, 2020).

E, em diálogo com a teoria marxista, que preconiza que o processo de acumulação primitiva permite o surgimento do trabalhador livre e do capital dinheiro como elementos estruturantes do capitalismo (MARX, 1965 *apud* GONZALEZ, 2020), Lélia Gonzalez (2020) pondera que esse processo foi fortemente afetado no Brasil, uma vez que não houve transformações estruturais no setor agrário e a dependência do mercado mundial foi determinante na relação com o capital.

Além disso, a autora aponta para outra característica peculiar do Brasil ao analisar o fator "trabalhador livre", uma vez que os sistemas de exploração da mão de obra escravizada deformaram esse processo e distorceram o funcionamento do mercado de trabalho (GONZALEZ, 2020).

Vale notar que, apesar de não participar das relações produtivas do capitalismo industrial, a mão de obra prisioneira desses vínculos não deixa de estar submetida à hegemonia. Em outros termos: a presença atual, em diferentes expressões, do capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração de mão de obra, articula-se (em graus de maior ou menor complexidade) com o setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para este último. (GONZALEZ, 2020, p. 26)

2.2 OCULTAÇÃO DA PRESENÇA NEGRA E OS AÇORIANISTAS

Assim como ocorreu um "vazio histórico" referente aos povos Guarani, promovido pela ocultação intencional dessa população na historiografia da Região

Metropolitana de Florianópolis durante o século XIX, tema da dissertação defendida por João Mitia Antunha Barbosa (2022), onde o mesmo questiona:

Por que, apesar da existência de fontes documentais sobre o período, o povo e as regiões em questão, a história Guarani do século XIX continuou, em larga medida, sendo ocultada pela historiografia nacional? (BARBOSA, 2022, p. 51)

A população negra também teve a sua presença ocultada na historiografia de Florianópolis (CARDOSO, 2004; LEITE, 1996; PEDRO, 1988; MAIA, 2020), mesmo com documentos apontando para direções opostas à ideia de ausência ou inexistência dos mesmos, como descreveu o viajante alemão Langsdorff (*apud* HARO, 1990), que esteve em Nossa Senhora do Desterro em 1803:

A quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se veem aqui é estranha aos olhos desacostumados de um europeu qualquer. Despertou-me uma revolta especial quando vim pela primeira vez a Nossa Senhora do Desterro e vi um grande número destas criaturas abandonadas, nuas, deitadas frente às portas de ruas laterais e oferecidas à venda. [...] É público que anualmente são mandados grandes carregamentos de escravos negros de possessões portuguesas na África, principalmente de Angola, Benguella, Moçambique, etc., para os portos brasileiros. (HARO, 1990, p. 165).

Como apontou Cardoso (2004), a promoção da ideia de Santa Catarina enquanto um estado euro-branco e, no caso da capital catarinense, como território açoriano, dependia da negação, ou melhor, ocultação de outras presenças que não essas. Nesse sentido, a atuação do movimento açorianista ganha destaque.

Para João Leal (2007), o movimento açorianista teve sucesso em sua empreitada de fortalecer o açorianismo no litoral catarinense desde 1948, quando houve o *1º Congresso Catarinense de História*⁹, que foi o ponto de partida para as primeiras publicações e de onde surgiram os grupos pioneiros de eruditos que abordaram a temática, até a segunda retomada dos ativistas açorianistas, na década de 1990, que tornou suas pautas e demandas assunto popular, e não somente das elites e intelectuais que, até então, possuíam o monopólio do debate. Contudo, pondera o autor, que esse resultado bem-sucedido também acarreta dilemas na mesma proporção (LEAL, 2007).

Em resposta aos estereótipos negativos relacionados à colonização açoriana em Santa Catarina, os quais acreditavam na inaptidão dos mesmos para a agricultura, no seu excesso de superstições, na precariedade alimentar e de moradia e na aversão ao trabalho, o que, supostamente, divergia das colonizações alemãs e

⁹ O 1º Congresso Catarinense de História aconteceu em Florianópolis, em outubro de 1948, e tinha o objetivo de comemorar os 200 anos de colonização açoriana em Santa Catarina (LEAL, 2007).

italianas que se estabeleceram no estado, que o 1º Congresso Catarinense de História, em 1948, se ampara:

Ou seja, além de traduzir uma reação das elites catarinenses de origem açoriana à estereotipização negativa da colonização açoriana e dos seus descendentes, o Congresso de 1948 faz também parte de uma tentativa de reforço do caráter luso-brasileiro do estado de Santa Catarina (LEAL, 2007, p. 152).

No contexto de disputa étnica, entre as elites açorianas e alemãs, do final da década de 1940, que o movimento açorianista inicia as suas articulações para a positivação da identidade açoriana do litoral catarinense (LEAL, 2007). Essa atuação ganhará, ao longo do tempo, contornos diversos com o objetivo de potencializar esse ideário.

É nesse cenário que se inserem as populações negras e indígenas no estado de Santa Catarina. Em meio às afirmações e defesa de uma superioridade étnica das elites alemãs e açorianas, os descendentes de africanos e os povos originários são excluídos, ocultados, da noção de pertencimento às cidades do sul do Brasil. Para João Leal (2007), no litoral catarinense, “As articulações entre identidade e xenofobia ou identidade e violência têm sido igualmente focadas”.

A compreensão sobre o pertencimento é atravessada pela noção étnico-racial e as pessoas nascem em Florianópolis são caracterizadas como *Manezinha* ou *Manezinho da Ilha*¹⁰, em referência direta às raízes açorianistas. Desse modo, as relações com o território também são mediadas através das concepções de origem.

Grada Kilomba (2009) descreve a experiência vivenciada por Alice, uma mulher afro-alemã que desde muito cedo é confrontada por pessoas brancas com perguntas constantes sobre suas origens, fazendo-a lembrar que não pode ser “alemã” por ser negra. Como “uma construção na qual ‘raça’ é imaginada dentro das fronteiras nacionais específicas e nacionalidade em termos de ‘raça’”. Desse modo, uma pessoa é negra ou alemã, é negra ou catarinense, criando uma incompatibilidade entre o território e o pertencimento étnico-racial:

O racismo é então explicado em termos de “territorialidade”, supondo uma característica quase natural. O inquérito repetitivo ilustra o desejo branco de fazer Alicia irreconciliável com a nação. Sempre que ela é interpelada, a ela está sendo negada uma filiação nacional autêntica com base na ideia de “raça”. A pergunta desvela a relutância do sujeito branco em aceitar que não é que nós temos nosso

¹⁰ Termo Manezinho/Manezinha passou de um termo pejorativo, derivado do “Mané” enquanto “indivíduo inepto, desleixado, negligente, tolo”, para uma palavra positivada e valorizada através da atuação do movimento açorianista que ressignificou-a (FANTIN, 2000).

próprio país para viver, mas sim que nós estamos vivendo em nosso país. (KILOMBA, 2009, p. 113)

Para Walter Piazza (1992) as migrações dos casais que residiam nas nove ilhas dos Açores¹¹, rumo ao Brasil colônia, podem ter sido motivadas pelas constantes atividades vulcânicas do arquipélago, a escassez alimentar, a superpopulação e a necessidade de povoamento no Brasil meridional. Desse modo, muitas famílias açorianas embarcaram em direção ao sul brasileiro já em 1727. Já para Avelino de Freitas Meneses (1993), as motivações para a emigração açoriana eram militares e atendiam aos interesses da Coroa, uma vez que a miséria, abalos sísmicos e pouca terra eram problemas muito anteriores ao período em questão.

Após a dissolução Ibérica em 1640, Portugal e Espanha disputaram a região meridional da América, uma vez que o Tratado *Uti Possidetis* reconhecia a posse do território ao país que o ocupasse. Com isso, em 1746 foi publicado nos Açores o Edital Régio, convocando casais com o objetivo de migrarem para o sul do Brasil. Para Joi Cletison (2012), esses deslocamentos caracterizaram uma “das mais importantes operações de transferência de população realizada pelo Império português”.

Entre 1748 a 1756 é o período em que se registra a chegada dos açorianos em terras catarinenses com o objetivo de povoamento. A emigração açoriana ganha destaque na historiografia catarinense pela primeira vez, de acordo com Sérgio Luiz Ferreira (2011), em 1797 através do texto “Corografia Catarinense”, escrito por João Alberto de Miranda Ribeiro, mas que só foi publicado em 1959. Sendo a obra “Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina”, escrita por Paulo José Miguel de Brito em 1816 e publicada em 1829, em Lisboa.

Tais publicações são os primeiros registros historiográficos a abordar a colonização açoriana, ainda que de forma tangencial, em breves páginas e sem grande aprofundamento. A vinda dos açorianos ganha exclusividade na obra “Casais”, escrita por João Borges Fortes em 1932, onde o autor discorre sobre a chegada dos mesmos no sul do Brasil. Em 1950 Oswaldo Rodrigues Cabral publica “Os Açorianos”, inspirado numa conferência que o autor proferiu durante o Primeiro Congresso de História Catarinense. Para Sérgio Luiz Ferreira (2011), a colonização açoriana foi ganhando importância na historiografia catarinense ao longo do tempo,

¹¹ São Miguel, Terceira, Pico, Faial, São Jorge, Graciosa, Santa Maria, Flores e Corvo.

deixando de ocupar apenas três páginas, como na obra de Paulo José Miguel de Brito, para figurar as 490 páginas do livro “A Epopéia Açorico-Madeirense 1748-1756”, escrito por Walter F. Piazza, sendo considerado um dos mais completos trabalhos sobre o assunto.

A estimativa é que durante o período de 1748-1756, aproximadamente 6.000 açorianos tenham sido transportados do arquipélago dos Açores para o sul do Brasil, de acordo com Piazza (1992). O objetivo da Coroa Portuguesa era de deslocar os casais açorianos para que, nas novas terras, tais famílias se expandissem, ocupando o território e protegendo as fronteiras.

Os autores ressaltam a condição de miséria extrema e o perfil agrícola dos casais oriundos dos Açores que aportaram no Brasil meridional. Apontam ainda para o caráter próspero que a emigração conferiu às novas terras: “A prosperidade dos açorianos se refletiria no fato de a capitania já contar, em 1797, com 5.101 escravos em uma população total de civis de 23.865. Ou seja, 21,75% da população total era composta por cativos” (FERREIRA, 2011, p. 541).

Porém, a narrativa acerca da ideia de prosperidade e exaltação à colonização açoriana surge apenas a partir do 1º Congresso Catarinense de História, realizado em 1948 na capital catarinense, em meio às disputas étnicas entre as elites alemãs e açorianas (LEAL, 2007). Para João Leal (2007), na década de 1950 a elite açoriana inicia seus estudos comparativos entre o litoral catarinense e o arquipélago dos Açores, abandonando o caráter etnomimético e amparando-se na etnogenealogia em suas pesquisas.

De 1949 a 1963, é publicado periodicamente o Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, coordenado pelo movimento açorianista, que surge através do congresso de 1948. Sua publicação é interrompida com o início da implantação da Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, inaugurada em 1964. Mas suas atividades são retomadas em 1975 com a temática açorianista com menor ênfase (LEAL, 2007).

A década de 1970 marca a primeira retomada do movimento açorianista, aponta João Leal (2007). Dessa vez, contando com a estrutura e as instalações da Universidade Federal de Santa Catarina, que contribuem para as atividades de pesquisa e o estreitamento da parceria com intelectuais açorianos. No final da década de 1970, o Arquipélago dos Açores conquista a sua autonomia político-

administrativa, e esse fator contribui para uma maior aproximação entre seus pesquisadores e o Brasil.

Os eruditos implicados em produzir pesquisas e publicações sobre a temática açorianista após o congresso de 1948 são Henrique Fontes, Oswaldo Cabral, Walter Piazza, Oswaldo Ferreira de Melo e Almiro Caldeira. Depois da primeira retomada do movimento açorianista, em 1970, nomes como Nereu do Vale Pereira, Ana Maria Beck, Sara Regina de Sousa, Dalmo Vieira Filho, Oswaldo Furlan, Gelcy Coelho (Peninha), Joi Cletson, Eugênio Lacerda, Francisco do Vale Pereira e Vilson Farias juntam-se ao grupo (LEAL, 2007).

Vale salientar que, durante a década de 1970, o movimento açorianista conseguiu conquistas importantes como inauguração do *EcoMuseu do Ribeirão da Ilha*, em 1971, por iniciativa do Nereu do Vale Pereira; o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina apoia Franklin Cascaes, uma aproximação mediada por Gelcy Coelho (Peninha), em 1974; a inauguração da Casa dos Açores - Museu Etnográfico de São Miguel, em 1978, na cidade de Biguaçu, criado pelo Governo de Santa Catarina (LEAL, 2007).

O movimento açorianista continua a sua expansão durante a década de 1980: em 1984 acontece a *1ª Semana de Estudos Açorianos* e a fundação do *Núcleo de Estudos Açorianos* (NEA); 1987 a inauguração da *Fundação Franklin Cascaes*, a *2ª Semana de Estudos Açorianos* e a primeira edição da *Marejada: Festa Portuguesa do Pescado*, em Itajaí; em 1989 acontece a *III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense na Universidade dos Açores*, em Ponta Delgada. Durante esse período, as pesquisas produzidas sobre o açorianismo deixam de perseguir uma etnogeneologia e passam a considerar seu caráter autóctone, apontando para uma cultura de base açoriana (LEAL, 2007).

É na década de 1990 que ocorre a segunda retomada do movimento açorianista, de acordo com João Leal (2007). Em 1993 o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) é refundado e, nesse mesmo ano, promove o *Encontros Inter-Institucionais de Cultura Açoriana do Litoral Catarinense*, em Florianópolis-SC, e o *1º Curso de História e Cultura Açoriana*. Já em 1994 o NEA-UFSC realiza a *Semana de Arte e Cultura Açoriana Encontros Inter-Institucionais de Cultura Açoriana do Litoral Catarinense*, em São José-SC. No ano de 1995, o NEA-UFSC promoveu *Encontros Inter-Institucionais de Cultura Açoriana do Litoral Catarinense*, na cidade de Tubarão-SC, em 1996 realizaram o *1º Encontro Sul-Brasileiro de Comunidades*

Luso-Açorianas e em 1999 o 1º Congresso Internacional de Festas do Divino Espírito Santo.

A segunda retomada é marcada pela forte atuação do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), que se espraia por outras cidades de Santa Catarina, com o objetivo de difundir o movimento açorianista em outros termos. Ou seja, além das pesquisas acadêmicas, o NEA amplia a suas ações buscando desenvolver as comunidades de origem açoriana:

Em primeiro lugar, em contraste com a orientação fundamentalmente acadêmica que tinha caracterizado o movimento até então, a ênfase é agora posta numa ação mais alargada, situada fora da academia e baseada no objetivo de devolver às comunidades de origem açoriana o orgulho das suas raízes.

(...) Não é que a atividade de investigação etnográfica e histórica açorianista, que até então havia sido predominante no movimento, fosse abandonada. Mas a prioridade é agora a de levar os resultados dessa investigação junto das comunidades e implicá-las de forma mais ativa na divulgação e defesa do patrimônio cultural açoriano. (LEAL, 2007, p. 55-56)

Outro fato importante é o cenário político do ano de 1996, especialmente a corrida eleitoral para Prefeitura de Florianópolis da candidata Angela Amin, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), que adotou como mote da sua campanha a agenda do movimento açorianista, tendo como slogan “Cultura da Gente”. A essa altura, a difusão dos propósitos do movimento açorianista era consistente, ao ponto de acirrar tensionamentos entre os “nativos”, logo descendentes de açorianos, e os “forasteiros”. João Leal cita, por exemplo, o conflito entre os açorianistas e gaúchos, e essa disputa foi aproveitada estrategicamente para assegurar a vitória nas eleições:

a candidata do PPB, Angela Amin, apresentou-se a essas eleições com uma agenda política muito centrada na defesa dos valores locais, identificando-se positivamente com a figura do “manezinho” e com a defesa da cultura “da gente”. Tendo sido eleita para o segundo turno, juntamente com Afrânio Boppré, candidato da coligação Frente Popular, liderada pelo PT, a candidatura de Angela Amin foi acusada de ter proferido um discurso xenófobo de características antigaúchas para conseguir a vitória. (LEAL, 2007, p. 164)¹²

De uma ação restrita a uma elite da cidade de Florianópolis entre as décadas de 1940 e 1950, houve uma importante transição entre os anos de 1970 a 1980. Mas é a partir de 1990, que as ações do movimento açorianista ganham expressão cultural e social no litoral de Santa Catarina. Refletindo sobre suas viagens à capital catarinense, João Leal (2007) observa o crescimento dos letrados

¹² O comitê de campanha da Angela Amin divulgou o boato de que Afrânio Boppré era gaúcho e se vencesse traria mais gaúchos para a cidade de Florianópolis. Sendo que, na realidade, diferentemente de Angela Amin, que é natural do município de Indaial, Afrânio Boppré é natural da Ilha de Santa Catarina. (LEAL, 2007).

em estabelecimentos comerciais, condomínios residenciais e hotelarias pela cidade, que fazem alusão aos Açores e que foram aumentando ao longo do tempo, apontando para uma generalização da açorianidade como referência identitária para a comunidade.

No livro *Racismo em Português: o lado esquecido do colonialismo*, a autora Joana Gorjão Henriques (2017) debruça-se sobre o processo de silenciamento e invisibilização diante dos processos discriminatórios a que a população negra em Portugal é submetida. Para a autora, as raízes dessa questão são encontradas na colonização e na escravatura, do mesmo modo como no Brasil.

O racismo é ideologia, mas não é teoria. O racismo também não é ignorância. O racismo é um sistema tentacular que afecta desde a funcionária da repartição de finanças que não quer tratar do assunto de uma pessoa negra até à educadora da escola que comenta o cabelo crespo da sua filha com risinho. (HENRIQUES, 2017, p.11)

Assim como a Grada Kilomba (2019) complexifica a noção do pertencimento territorial atrelada com racismo, onde uma afro-alemã é constantemente interpelada sobre suas origens. Do mesmo modo, negras e negros que nasceram na capital catarinense são questionados sobre as suas origens, uma vez que a retórica da inexistência da presença negra, como foi apontada por Maia (2020) no texto *Em Floripa não tem negros(?)*, é reforçada sistematicamente. Portugueses negros ouvem ao longo da sua vida, “de onde que és?”, pois a ideia de ser negro e português não faz parte do imaginário nacional, afirma Henriques (2017).

O fato de não haver um enfrentamento ao racismo ou, sequer, um questionamento acerca do número de pessoas negras na composição populacional e sua correspondência na ocupação dos cargos de tomada de decisão de Portugal é algo que intriga Henriques (2017), mas a autora responde à essas questões da seguinte forma: “Porque o racismo não é visto como um problema em Portugal. E porque as técnicas de silenciamento e ocultação da palavra dos negros ainda hoje são práticas correntes” (HENRIQUES, 2017, p. 14).

Na prática discursiva sobre a colonização portuguesa, Joana Gorjão Henriques (2017) identifica algumas contradições como, por exemplo, a falácia do colonizador benevolente que não discriminava porque se miscigenou com a população local, mas que não hesitou em promover o trabalho escravo até 1974.

Ainda hoje, muitos negros que nasceram em Portugal continuam a ter o cartão de imigrante, sem plenos direitos de cidadania, pois a lei de nacionalidade foi

modificada em 1981, deixando de reconhecer quem nasce no país como sendo português (HENRIQUES, 2017).

Em sua obra, Joana Gorjão Henriques (2017) desenvolve sua pesquisa em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique levantando dados e entrevistas sobre as memórias da escravidão e o racismo. Em muitos países a teoria da colonização luso-tropical¹³, propalada por Gilberto Freyre, deixou grandes consequências, assim como no Brasil. A crença na benevolência do sistema escravocrata português desarticula as ações de combate ao racismo e impede a responsabilização dos colonizadores sobre seus atos:

Proprietários e mercadores de escravos no Brasil, a despeito das várias alegações em contrário, em realidade submeteram seus escravos ao tratamento mais cruel que se possa imaginar. Deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijões corporais consequentes de punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo – eis algumas das características básicas da “benevolência” brasileira para com a gente africana (NASCIMENTO, 2016, p. 69).

O racismo enquanto técnica, elaborou uma gramática que legitimou e contribuiu para uma intensa politização da cultura a uma escala global, transformando e realocando as formas de definir e imaginar as alteridades relacionais do passado e impactando nas construções contemporâneas:

A diferenciação cultural passou a acarretar, de modo conjugado, a marcação literal e física da diferença (a agregação de caracterizações culturais, morais e cognitivas a particularidades fenotípicas), a racionalização das hierarquias do privilégio e do lucro, a consolidação de regimes de trabalho úteis ao desenvolvimento do capitalismo e ainda suporte “psicológico” da pluralidade de mecanismos sociais, políticos e culturais, lato sensu, que possibilitaram, não sem resistências várias, a exploração e a dominação coloniais. (HENRIQUES, 2017, p. 221)

Portanto, é possível compreender que a historiografia nacional ocultou intencionalmente a história dos povos Guarani e da população negra em Florianópolis. A promoção da ideia de Santa Catarina como um estado euro-branco e território açoriano contribuiu para essa ocultação, impulsionada pelo movimento açorianista.

As relações de identidade e xenofobia foram intensificadas nesse contexto, deixando de fora as populações negras e indígenas da noção de pertencimento às cidades do sul do Brasil. A colonização açoriana recebeu destaque na historiografia catarinense, especialmente a partir do 1º Congresso Catarinense de História em 1948, como forma de reafirmar a identidade luso-brasileira do estado.

¹³ A colonização luso-tropical preconizava a tese dos portugueses terem desenvolvido nos trópicos uma colonização mais branda por conta da sua miscibilidade e das relações menos hierarquizadas e, por conseguinte, menos cruéis.

As migrações dos casais açorianos para o sul do Brasil foram motivadas por diversas razões, desde questões vulcânicas até interesses da Coroa Portuguesa. Apesar da narrativa de prosperidade atribuída à colonização açoriana, essa visão surgiu apenas posteriormente, no contexto das disputas étnicas entre as elites alemãs e açorianas.

O movimento açorianista teve suas articulações e retomadas ao longo do tempo, impulsionadas pela academia e intelectuais, contribuindo para a produção de pesquisas e publicações sobre a temática. No entanto, é importante reconhecer as lacunas deixadas por essa narrativa dominante, que ocultou a história e a presença de outros grupos étnicos, perpetuando a exclusão e o apagamento de suas contribuições para a construção da história e identidade de Florianópolis e Santa Catarina como um todo.

3 PENSANDO O MERCADO PÚBLICO

Neste texto, será abordada a evolução dos espaços de comércio ao longo da história, desde as primeiras moradias fixas no período neolítico até os mercados públicos e supermercados contemporâneos. Serão discutidos os surgimentos das primeiras trocas de mercadorias, feiras e praças comerciais, bem como a transição para os mercados públicos e o impacto dos supermercados no sistema de produção e consumo. Além disso, será explorado o papel dos mercados públicos como espaços culturais e turísticos, bem como exemplos emblemáticos no Brasil e no mundo. Ao longo do texto, será evidenciada a adaptação das relações sociais e dos espaços urbanos no contexto do comércio.

Em seguida, a história do Mercado Público de Florianópolis, inaugurado em 1851, aponta os desafios enfrentados como a falta de recursos, debates sobre o local de construção e discordâncias políticas. Em 1899, um novo Mercado Público foi inaugurado em substituição ao anterior, trazendo melhorias nas condições sanitárias e no espaço disponível para as atividades comerciais.

Ao longo dos anos, o mercado passou por transformações devido às mudanças na infraestrutura da cidade, como a construção da ponte Hercílio Luz e o aterro da Baía Sul. Apesar disso, o Mercado Público de Florianópolis manteve sua importância histórica e atualmente é um ponto turístico da cidade. Neste texto, serão discutidas as origens do mercado, suas características arquitetônicas e as transformações que ocorreram ao longo do tempo, bem como seu papel na vida da comunidade local.

Por fim, o capítulo analisa a representação da população descendente de africanos na imprensa catarinense do século XIX. Embora a elite catarinense dependesse da mão de obra escravizada, havia um descontentamento com a presença dos negros na região central da antiga Desterro, atual Florianópolis. Os jornais da época refletiam essa ambivalência, apresentando discursos que demandavam a remoção dos negros daquele local. Ao mesmo tempo, a elite buscava comunicar-se amplamente por meio dos periódicos em busca da mão de obra escravizada.

Assim, o texto busca refletir sobre como a população negra era retratada nesses jornais e documentos, destacando as demandas de remoção, a associação

com criminalidade e o questionamento de sua humanidade. Além disso, aborda a dependência da elite pela mão de obra escravizada, evidenciada nos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos. A pesquisa utiliza como fontes periódicos da época e documentos oficiais, revelando as contradições e conflitos presentes na sociedade catarinense do século XIX em relação à população negra.

3.1 O MERCADO PÚBLICO NO MUNDO

Quando a humanidade deixa seu comportamento nômade e se estabelece no período neolítico, surgem as primeiras moradias e a fixação em um determinado lugar, desenvolvendo práticas de pastoreio e agricultura. Nesse momento, começa a cultivar sementes, fabricar artefatos, domesticar alguns animais e a modificar o ambiente em que se insere (HORBACH; ECKERT, 2019).

Por volta de 1.500 A.C. surgem os locais de trocas de mercadorias, conforme apontado por Horbach e Eckert (2019), nos quais as pessoas podiam negociar seus produtos excedentes para adquirir itens dos quais necessitavam. Através das mudanças resultantes dessas trocas, conjuntos de moradias foram se formando e aldeias e cidades surgiram.

As feiras, praças e *halles*¹⁴ precedem o surgimento dos mercados públicos, sendo esses os locais onde ocorriam as primeiras operações de compra e venda de mercadorias. Um exemplo relevante é o *Halle* de Bruges, que se destacou como um dos principais centros comerciais da Europa durante a Idade Média e ainda hoje é preservado como patrimônio da cidade (HORBACH; ECKERT, 2019). Além disso, o registro mais antigo de uma feira livre remonta a 1229 em Portugal, ocorrendo trimestralmente e com duração de uma semana.

Os mercados públicos surgiram no século XIX na Europa como uma forma de centralizar as operações comerciais, tornando-se locais de abastecimento e distribuição de produtos alimentícios para atender às necessidades das grandes cidades (SANTOS; CHAVES, 2016). Os comerciantes que participavam desses mercados percorriam longas distâncias para garantir que suas mercadorias fossem negociadas nesses locais.

¹⁴ Os *halles* são construções em espaços abertos medievais, destinados para exposições e vendas de mercadorias.

A instalação dos primeiros mercados públicos ocorria fora das muralhas das cidades europeias e consistia em um grande número de barracas sem cobertura ou divisões. Posteriormente, as preocupações com as condições sanitárias levaram à construção e cobertura desses espaços. Um exemplo dessa transição é o mercado da Boqueria, que vendia frutas e verduras desde 1217 em Barcelona. No século XIX, suas paredes e teto foram erguidos. Em 1837, o mercado passou a abrigar barracas e tornou-se propriedade pública, e em 1842 o local foi ampliado. Atualmente, o *Mercat de la Boqueria* é o maior mercado da Espanha, com 13.631m² (PINTAUDI, 2006).

O surgimento dos supermercados marca a transformação no sistema de produção e comercialização do setor varejista, bem como a mudança no comportamento da população e na dinâmica das cidades. Assim, os primeiros supermercados surgiram nos Estados Unidos em 1930, após a crise de 1920 (VARGAS, 2001). Para alguns autores, essa mudança fez com que as trocas perdessem prioridade nas relações comerciais, dando lugar ao aumento do consumo de produtos desnecessários impulsionados pelo *marketing* (SANTOS; CHAVES, 2016).

No entanto, os Mercados Públicos ainda possuem destaque em determinados lugares, onde são comercializados produtos e explorado o caráter cultural e histórico como apelo não apenas comercial, mas também turístico. A arquitetura, os produtos locais e a culinária típica são exemplos das características adotadas por esses espaços atualmente. Um exemplo disso é o Mercado Central de Santiago, que foi nomeado Monumento Histórico em 1984.

No Brasil, a comercialização dos produtos agrícolas ocorria nas feiras livres, que ao longo do tempo foram se estruturando até se tornarem Mercados Públicos. Um dos mercados mais emblemáticos do país é o Mercado Municipal de São Paulo, inaugurado em 1860. Já o Mercado Público de Florianópolis-SC, antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, foi inaugurado em 5 de janeiro de 1851 no Largo do Palácio, à beira-mar, na praça Fernando Machado. Em 5 de fevereiro de 1899, o novo Mercado Público foi inaugurado ao lado do Largo da Alfândega, pois a primeira instalação já não comportava aquelas atividades comerciais (SCHMITZ; SILVA, 2013).

De acordo com Pintaudi (2006), as funções e a importância dos mercados públicos foram se modificando ao longo dos anos. Inicialmente, eram locais que

abrigavam a comercialização de produtos alimentícios. Com a chegada dos supermercados, o que ocorreu no Brasil entre as décadas 1950 e 1960 (GARREFA, 2015), o setor varejista passou por mudanças e os Mercados Públicos assumiram um caráter turístico-cultural. Esses lugares demonstram os processos de adaptação das relações sociais e dos espaços urbanos.

3.2 O MERCADO PÚBLICO DE DESTERRO

A primeira capital do Brasil, Salvador-BA, viu a inauguração do Mercado Modelo apenas em 1912. Uma pesquisa superficial pela internet indica que o Mercado de São José, localizado em Recife-PE, é considerado o mais antigo do Brasil, tendo sido inaugurado em 1875. De acordo com Murilha e Salgado (2011), o Mercado Público da Candelária, no Rio de Janeiro, construído em 1834, é apontado como a primeira estrutura desse tipo no país e teria servido de modelo para os demais empreendimentos semelhantes:

Por este ter sido provavelmente o primeiro mercado público construído no Brasil após a legislação de 1828, levanta-se a hipótese de que no Brasil o mesmo tenha servido como modelo para a construção de outros mercados públicos abertos, com pátio interno, principalmente na segunda metade do século XIX, tanto na cidade do Rio de Janeiro como em algumas cidades Paulistas. Em muitos casos, estes exemplares foram construídos em menor escala e proporcionais ao tamanho dos vilarejos onde os mesmos foram executados. (MURILHA; SALGADO, 2011, p.7)

No entanto, determinar a data do primeiro Mercado Público no Brasil, embora possua importância histórica, assume uma posição secundária na pesquisa que se segue. Contudo, é possível observar que durante o século XIX essas estruturas começaram a surgir no país, assim como em outras partes do mundo.

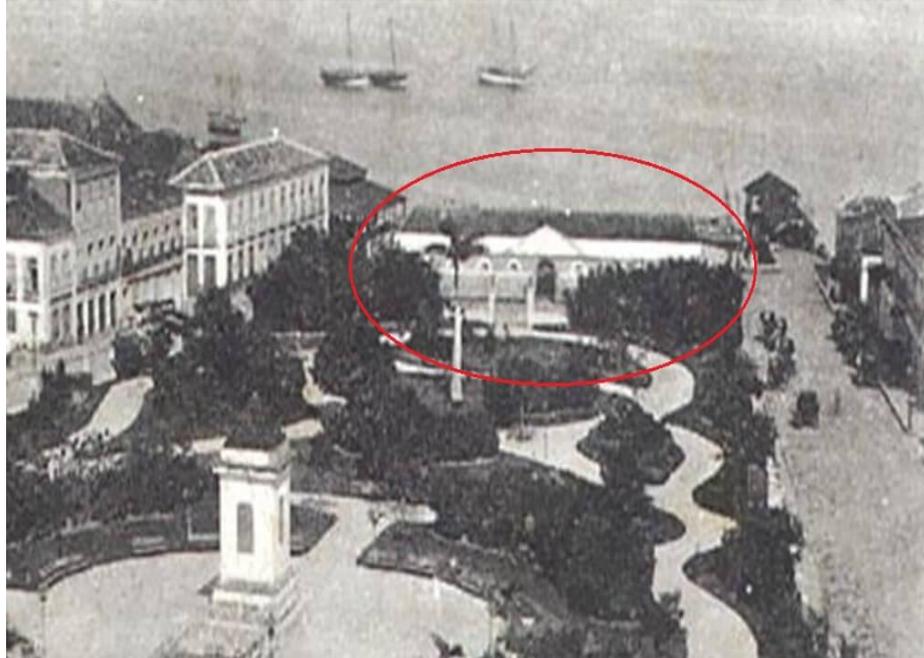
O anúncio da visita do imperador Dom Pedro II à região sul mobilizou a elite catarinense na década de 1840, despertando a necessidade de viabilizar a construção de um Mercado Público. Porém, a falta de recursos para financiar as obras, o debate sobre o local para a construção e as discordâncias políticas da época foram obstáculos enfrentados.

O imperador veio, visitou a cidade, conviveu com mendigos, trouxe frutas. Finalmente, em 1848, depois de idas e vindas e muitas brigas, inclusive pela imprensa catarinense, foi aprovada uma lei para a construção do Mercado. Ele seria erguido no Largo do Palácio, à beira mar. O governador fez várias loterias para arrecadar dinheiro, mas mesmo assim não conseguiu acabar a obra. Até que conseguiu isso em 1850, pedindo dinheiro emprestado à população. Vários comerciantes da cidade, à época, se juntaram e emprestaram dinheiro para o governo, e finalmente em 5 de janeiro de 1851, foi inaugurado o Mercado Público de Florianópolis. Na

época, Desterro tinha em torno de 20 mil habitantes. (SCHMITZ; SILVA, 2013, p.12)

Em 10 de janeiro de 1851, iniciaram-se as atividades de comercialização de carnes, peixes e outros gêneros alimentícios, após a assinatura do edital pelo presidente da Câmara na época, Clemente Antônio Gonçalves, e pelo secretário Manoel Joaquim de Almeida Coelho.

Figura 1 – Imagem da década de 1880 mostra o Mercado Velho (Acervo IHGSC)



Fonte: Floripa Centro¹⁵

Segundo Mesquita (2002), o edifício do Mercado possuía uma fachada de 33,88 metros voltada para o Largo do Palácio e 21,34 metros na lateral. Sua área construída era de 723m² e contava com quatro portas grandes, uma em cada face para facilitar o acesso. Havia também 24 janelas em formato semicircular, com um raio de 55 cm, com grades na parte interna.

No pátio central do mercado, havia um poço com uma bomba que fornecia água para os comerciantes e satisfazia a sede dos frequentadores. As mercadorias eram exibidas em 12 compartimentos separados por paredes de estuque e possuíam piso de assoalho. Além disso, havia quatro bancas destinadas ao comércio de carne, equipadas com seis balanças de capacidade para 7,5 kg, e uma

¹⁵ Artigo "Demolido em 1899 – Há 170 anos foi inaugurado o primeiro Mercado Público de Florianópolis, frente à Praça XV", do autor Billy Culleton, disponível em: <<https://floripacentro.com.br/demolido-em-1899-ha-170-anos-era-inaugurado-o-primeiro-mercado-publico-de-florianopolis-frente-a-praca-xv/>> acesso em 04/07/2022

balança de 58,75 kg. As bancas de peixe eram dispostas em mesas (Mesquita, 2002).

Figura 2 – População aglomerada na lateral do Mercado, na época à beira mar (Acervo IHGSC)

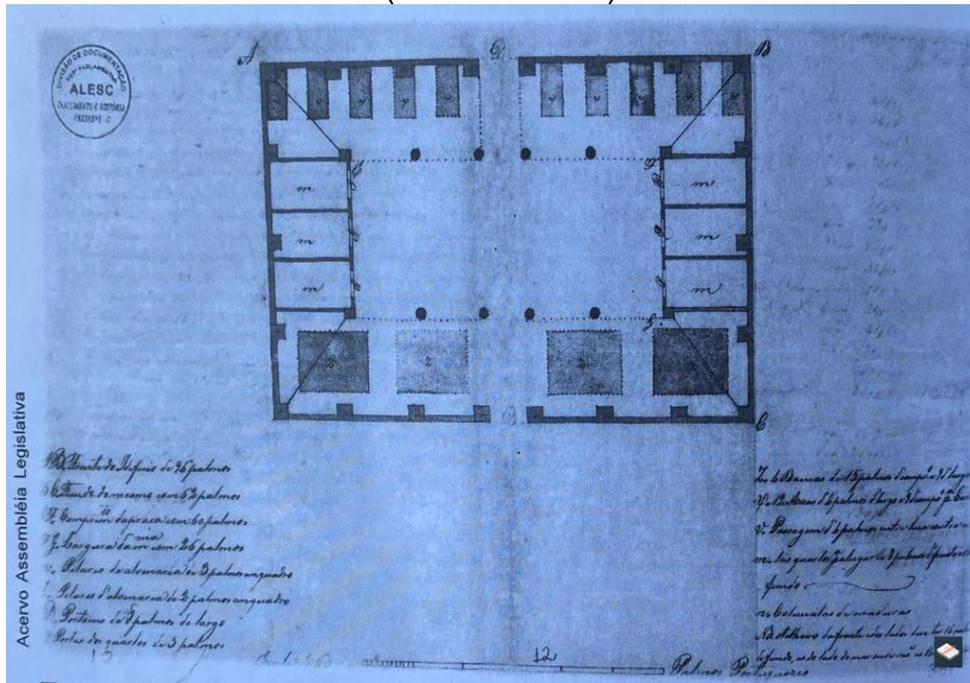


Fonte: Floripa Centro¹⁶

Na abertura do Mercado Público em 1851, houve pouca atração de comerciantes, e apenas seis boxes foram alugados. Cinco pessoas tiveram suas propostas de arrendamento aceitas: Francisco Antônio de Castro arrendou o box 1 por 4 mil réis mensais durante seis meses; José de Sousa Freitas arrendou o box 5; Pedro Scifer alugou o box 6; João Lago ficou com o box 7; Francisco da Silva ocupou os boxes 8 e 9, pagando um aluguel de 3 mil réis pelos dois durante seis meses. As demais unidades só foram ocupadas após quatro meses da inauguração (Mesquita, 2002).

¹⁶ Para mais informações, retornar para a nota de rodapé nº 04.

Figura 3 – População aglomerada na lateral do Mercado, na época à beira mar (Acervo IHGSC)



Fonte: Mesquita (2002, p.148)

A falta de coleta de lixo e saneamento no local do Mercado Público, juntamente com o espaço limitado para as atividades comerciais, gerou discussões sobre as condições sanitárias do local e a necessidade de construir um novo espaço. Assim, em 1899, foi inaugurado o Novo Mercado Público, localizado ao lado do Largo da Alfândega, na rua Conselheiro Mafra, durante o governo de Felipe Schmidt. O jornal República noticiou a inauguração da seguinte maneira em 7 de fevereiro de 1899:

Foi anteontem [5 de fevereiro de 1899] inaugurado o novo Mercado, situado na rua Altino Correia [atual Conselheiro Mafra].

Às seis e meia da manhã, compareceram o senhor senador Raulino Horn, ilustre superintendente municipal, e os senhores conselheiros [vereadores] Inocêncio Campos, vice-presidente [da Câmara Municipal]; José Boiteux, primeiro secretário [da Câmara Municipal], Pereira Oliveira e Pedro Bosco [vereadores], bem assim como o senhor Antônio de Castro Gandra, construtor do importante edifício.

Já então era enorme a concorrência. Percorreram aqueles cidadãos todas as dependências, em que primava a ordem.

À noite, esteve o Mercado iluminado a gás acetileno, sendo avultado o número de pessoas que o visitaram.

Congratulamo-nos com a população desta capital, pelo melhoramento que acaba de adquirir, cabendo à situação republicana todos os louvores pelo interesse com que trata o bem público. (MESQUITA, 2002, p. 66-67 [grifos do autor])

A distribuição dos arrendatários dos boxes do novo Mercado Público, localizado na Conselheiro Mafra, fica da seguinte forma: O Box 1 e 2 estão com Jovita de Castro Gandra; O Box 3 e 4, anteriormente ocupados por Francisco Campos da Silva, foram transferidos para Antônio de Castro Gandra; O Box 5, que era de Antonio da Silva Braga, foi transferido para Oliveira Carvalho e irmão; O Box 6, anteriormente ocupado por Manoel José Fernandes, passou para Constantino Garofalles e, posteriormente, para Júlio Nicolau de Moura; O Box 7, que pertencia a Nicolau Tschki, foi transferido para Constantino Garofalles; Moura e Irmão continuam com os boxes 8 e 9; O Box 10, de José Félix Caetano do Carmo, foi transferido para Armindo Boabaid; O Box 11, anteriormente de Constantino Garofalles, foi transferido para Miguel João Bufaraco; O Box 12 ficou com Cosme Damião da Cunha; O Box 13, que era de Norberto de Souza Nunes, foi transferido para Miguel João Bufaraco; O Box 14, de Francisco Carlos Salomé Pereira, foi transferido para Miguel João Bufaraco; O Box 15 ficou com Manoel José Fernandes; O Box 16 é ocupado por Francisco Carlos Salomé Pereira, embora tenha sido arrendado no leilão por Monteiro Abreu Cabral, sem passar por nenhum processo de transferência, como nos outros casos mencionados (MESQUITA, 2002).

Segundo Ricardo Moreira de Mesquita (2002), o início das operações do novo Mercado Público em 1899, localizado na rua Conselheiro Mafra, que substituiu o primeiro mercado inaugurado em 1851, foi marcado por circunstâncias atípicas. Isso incluiu a falta de debate público e divergências políticas relacionadas às obras, planejamento e localização, assim como ocorreu com o primeiro Mercado Público. Além disso, houve um grande número de transferências dos arrendatários e a ausência de qualquer procedimento de transferência, o que seria necessário no caso do box 16.

O prédio do novo Mercado Público era imponente, porém logo foram necessárias reformas e adequações em sua estrutura. Em 1912, foi construída uma rampa que permitia o embarque e desembarque de mercadorias diretamente das embarcações. Também foi construído um galpão para armazenar mercadorias. A segunda ala do mercado só surgiu em 1931, após o aterro que possibilitou a sua ampliação (SCHMITZ; SILVA, 2013).

De acordo com Schmitz e Silva (2013), as transformações na cidade tiveram um impacto direto na dinâmica do Novo Mercado Público de Florianópolis. A instalação de redes de água encanada ocorreu em 1909, seguida pela energia

elétrica em 1910, e pelas redes de esgoto entre 1913 e 1917. As melhorias na infraestrutura da capital catarinense refletiram diretamente na higiene e na aparência visual do local.

A construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, alterou significativamente a configuração da cidade. Com a construção da ponte, houve um crescimento do sistema viário, a criação de estradas e a implantação das primeiras linhas de ônibus, que substituíram as barcaças, carroças e bondinhos. Essa mudança fez com que o Novo Mercado Público deixasse de ser a porta de entrada da cidade, onde as embarcações atracavam e ocorria o embarque/desembarque de mercadorias, surgindo assim outras alternativas logísticas (SCHMITZ; SILVA, 2013).

O aterro da Baía Sul e a construção das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo na década de 1970 alteraram de forma definitiva a maneira como os produtos que abasteciam o Mercado Público eram transportados. Assim, a conexão direta com o mar foi interrompida e as mercadorias passaram a ser transportadas por caminhões ou pequenos veículos. Além disso, o surgimento de redes de supermercados nesse mesmo período contribuiu para que o Mercado Público perdesse sua importância no abastecimento e distribuição de gêneros alimentícios nas famílias, como observado por Schmitz e Silva (2013).

Na década de 1980, o Mercado Público passou a abrigar bares e outros tipos de comércio, o que contribuiu para inseri-lo na rota turística da cidade. Nesse mesmo período, os *shoppings centers* começaram a ser construídos na cidade, gerando um novo modelo de concorrência. Os comerciantes do Mercado Público decidiram não abrir aos finais de semana devido à baixa movimentação dos frequentadores. Em 1984, o prédio foi tombado como patrimônio histórico municipal. Em 1988, o Mercado Público foi reaberto após passar por uma reforma. No ano de 2005, um incêndio consumiu a parte interna da ala norte, que foi posteriormente reconstruída e as atividades foram retomadas (SCHMITZ; SILVA, 2013).

3.3 ANALISANDO OS DOCUMENTOS

Alzemi Machado (2020), em sua pesquisa sobre a imprensa catarinense, constata que a história da imprensa brasileira difere da América Espanhola, onde os primeiros jornais e publicações surgiram muito antes. Enquanto a *Gazeta de México y Noticias de Nueva Espanã* apareceu em 1722 e a *Gaceta de Guatemala* em 1729,

o Brasil teve que esperar até a chegada da Família Real em 1808 para ter seus primeiros jornais.

Esse atraso ocorreu devido às restrições impostas pela Coroa Portuguesa, que proibia a instalação de tipografias no país, impedindo a publicação e circulação de livros e jornais. Somente após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, surgiram os primeiros periódicos, como *O Correio Brasiliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* (MACHADO, 2020).

Após a censura, em todas as partes do Brasil, começaram a circular os jornais e, em 1830, já havia aproximadamente 130 periódicos sendo editados nas províncias, como aponta Machado (2020). Em Santa Catarina, no ano de 1831, surge a pioneira publicação do jornal *O Catharinense*, na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, editado por Jerônimo Francisco Coelho (1806-1860).

O periódico *O Catharinense* circulou entre 1831 e 1832, contando com 22 edições. Era um jornal de teor liberal e iluminista que se opunha à monarquia, apresentando um formato compacto com seis páginas. Seu editor, Jerônimo Francisco Coelho, é considerado o patrono da imprensa catarinense (MACHADO, 2020).

Através dos jornais, é possível acompanhar, mesmo que parcialmente, a rotina da antiga Freguesia Nossa Senhora do Desterro e o contexto local em relação a diversos assuntos, como infraestrutura, política, economia, costumes e anúncios de compra e venda, entre outros. Naquela época, a elite catarinense se expressava publicamente e buscava se comunicar de maneira ampla por meio dos periódicos. Agora, como a população descendente de africanos é retratada nesses textos?

Desde os primórdios da imprensa catarinense, o descontentamento com a presença da população negra escravizada na região central da capital da província de Santa Catarina era um tema recorrente e foco de textos que exigiam medidas urgentes para sua remoção daquele local e uma solução para o problema.

Em 25 de janeiro de 1832, na edição número 22, o jornal *O Catharinense* publicou um texto de autoria de Jerônimo Francisco Coelho, no qual ele solicitava providências para o conserto do trapiche do Largo da Praça, localizado na região central da Freguesia Nossa Senhora do Desterro. Coelho alertava para os riscos de acidentes para as pessoas que transitavam pela área e sugeria que as autoridades realizassem a obra utilizando a mão de obra dos escravos da nação. Ele mencionava que esses escravos já estavam envolvidos no corte de madeira, que

poderia ser utilizado como material para a construção do novo trapiche. Coelho reconhecia ainda que muitos dos trabalhadores escravizados já tinham experiência na carpintaria.

Depois de abordar a questão do trapiche, Jerônimo Francisco Coelho direcionou seu foco para o dilema que envolvia a população negra na região central da capital da província de Santa Catarina:

passarei também a falar sobre humas pequenas cazas ou barracas, que estão logo em frente da Praça pública: o estado de ruínas em que se achão, a qualidade de seus moradôres (a maior parte negros e negras quitandeiras) apresentão, a quem desembarca na Praça, hum aspecto bem triste, e ridículo; não servindo além disso senão para canto de vadios e ociosos, para ocultarem negros fugidos a seos Senhores, e onde se vão depositar muitas coisas furtadas: a Camara Municipal, a quem compete providenciar sobre edificios ruinozos, deve propôr ao Conselho Geral a demolição de taes cazas (COELHO, 1832)¹⁷

Jerônimo Francisco Coelho sugere a demolição das casas localizadas na região central da antiga Desterro, ocupadas por pessoas negras que vivem do comércio de quitandas¹⁸, justificando que a desocupação da praça removerá os estabelecimentos que servem de abrigo para "vadios" e como depósito de roubos.

Ao mesmo tempo em que havia um descontentamento por parte da elite catarinense com a presença da população negra circulando pela cidade, essa mesma elite dependia da mão de obra escravizada. Isso resultou no aumento dos anúncios nos jornais referentes à compra, venda e aluguel de pessoas escravizadas.

Na rua da Tronqueira, caza N. 31, vende-se huma preta de nação Mina, huma crioula, e huma parda, mossas e robustas, sabendo todas lavar, cozinhar e as duas ultimas tão bem costurão, e engomão.¹⁹

Compram-se escravos de ambos os sexos, com ofício e sem elle, e pagão-se bem contanto que sejam boas pessoas, na rua do Príncipe N. 66 loja.²⁰

Na rua da Pedreira, N. 27, em 1856, havia para alugar uma escrava por 10 mil réis mensais, preço aliás elevado para a época, consentindo o seu dono que fosse empregada em qualquer serviço, MENOS o de quintandeira. (CABRAL, 1979, p. 393).

Em comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura em 13 de agosto de 1888, o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, através do levantamento documental do acervo referente à população escravizada, produziu o *Catálogo Seletivo sobre a Escravidão* na década de 1990. Boa parte do acervo encontra-se disponível para consulta digital e, por meio desses artefatos, é possível posicionar a população negra em Desterro.

¹⁷ O *Catharinense*, n. 22 de 25 de janeiro de 1832.

¹⁸ Veja definição do termo na nota de rodapé n.2 dessa pesquisa.

¹⁹ O *Conciliador Catharinense*, n. 5 de 23 de maio 1849.

²⁰ O *Argos*, n. 35 de 02 de outubro de 1856.

A dependência pela mão de obra da população negra também é explicitada através dos documentos oficiais da capital catarinense. Em 08 de janeiro de 1836, o então Presidente da Província de Santa Catarina, Joze Mariano d'Albuquerque Cavalcante, envia um ofício para o Juiz de Direito da Comarca Sul solicitando a execução do decreto que determina a arrematação dos serviços dos africanos ilicitamente introduzidos no Império. Uma vez que, desde 1835, os chefes de polícia haviam recebido a tarefa de não permitir:

o desembarque na Província ou residência de homem algum de cor que chegue de fora do Brazil quando no seu passaporte não venha declarada a qualidade de ingênuo abonada pelos Cônsules ou Encarregados de Negócios residentes nos lugares de onde vierem.²¹

De acordo com os documentos que compõem o Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876), v.1. Fonte: *Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juizes*, Caixa 24, cabia aos gestores da província determinar a alocação do trabalho executado pelas pessoas escravizadas que estavam sob custódia na cadeia da capital. Em grande medida, o Presidente da Província atuava como intermediador entre as elites e instituições que procuravam pessoas escravizadas entre os encarcerados para exploração do seu trabalho:

Ao Juiz de Direito da Comarca do Sul
Respondendo ao Officio de. VS. de 23 do corrente, tenho de significar-lhe, que approvo que a arrematação dos Serviços da Africana Maria seja feita ao Tenente Manoel Ferreira da Costa Seara com as condições exaradas no seu requerimento, que devolvo, mas acrescentando-se a ellas, que elle se sujeitará sempre a entregar a referida escrava, logo que o Governo outro destino lhe der.²²

Fico sciente, pelo seu officio de 17 do corrente, de terem sido arrematados pelo Juizo de órfãos os serviços da preta Carmem à Domingos Vellozo d'Oliveira , cumprindo que Vossa Mercê me participe quando se houver de fazer entrada do producto da arrematação nos Cofres da Thezouraria para eu a ordenar.²³

No mais, a cadeia da capital catarinense aparece nas correspondências entre o Presidente da Província e os Juizes como local de controle da população escravizada, encarcerando os que descumpriam as leis e códigos de postura, como

²¹ Correspondência enviada por Feliciano Nunes Pires, em 22 de agosto de 1835, para o Juiz de Direito da Comarca do Norte. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876), v.1. Fonte: *Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juizes*. Caixa 24: Florianópolis, 1993.

²² Correspondência enviada por Antero José Ferreira de Britto, em 24 de novembro de 1840, para o Juiz de Direito da Comarca Sul. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876), v.1. Fonte: *Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juizes*. Caixa 24: Florianópolis, 1993.

²³ Correspondência enviada por Antero José Ferreira de Britto, em 19 de setembro de 1844, para o Juiz de Direito da Comarca do Norte. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876), v.1. Fonte: *Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juizes*. Caixa 24: Florianópolis, 1993.

não portar ou possuir autorização do seu senhor para transitar pela cidade, por exemplo, ou quando havia qualquer dúvida acerca da sua procedência e propriedade:

Chefe de Policia da Comarca do Sul
 Previno a Vossa Senhoria que mandei ontem recolher à Cadeia desta Cidade à sua disposição hum preto que me remeteu o Comandante Militar do Ribeirão que diz ser escravo de hum sujeito por nome Bernardo, e que anda fugido.²⁴

Acusando a recepção do seu Officio com data de Ontem, que acompanhou o preto Jozê Antonio Garcia, tenho a dizer-lhe que a vista da declaração que me faz no dito Officio de não Saber se he forro, ou Captivo, o mandei recolher à Cadeia desta Cidade a Sua disposição, e cumpre que Vossa Mercê procure saber a qualidade do dito preto.²⁵

As preocupações com a modernidade e o progresso no final do século XIX atribuíam à população negra da antiga Desterro, atual Florianópolis, a responsabilidade pelos males da escravidão, resultando em um questionamento cada vez maior de seu papel social, restrição de seu espaço e uma visão de sua humanidade como dispensável (PEDRO, 1988), conforme demonstrado neste trecho do periódico *A Regeneração*, de 1º de abril de 1880:

De pequenininha embalada nos braços de criadas ignorantes, e pela maior parte escravas cheias de preconceitos, vícios e crimes, cresce a menina brasileira abeberando-se de uma moral subversiva, ouvindo os risos e disputas da cozinha, aprendendo estórias e contos supersticiosos, pessoas dos assomos de sua inteligência... (PEDRO, 1988, p. 49).

O discurso abolicionista/imigrantista via o sistema escravista como um obstáculo ao progresso e, portanto, associava a figura do negro a esse atraso. Como resultado, no século XIX, a preferência do governo catarinense era pela colonização por colonizadores brancos (PEDRO, 1988, p.54).

A construção de um imaginário coletivo que identifica Santa Catarina como o "Estado do trabalho" chamou a atenção do autor Paulino Cardoso (2004) em seu livro *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Cardoso menciona, por exemplo, a ideia do "trabalho alemão" como um dos principais elementos distintivos que compunham a identidade germânica do Vale do Itajaí. Essa ideia também era uma forma de construir a "diferença" das terras catarinenses, ou seja, sua

²⁴ Correspondência enviada por Francisco José de Souza Soares de Andrêa, em 12 de setembro de 1839, para o Chefe de Polícia da Comarca Sul. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876), v.1. Fonte: Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juizes. Caixa 24: Florianópolis, 1993.

²⁵ Correspondência enviada por Francisco José de Souza Soares de Andrêa, em 23 de outubro de 1839, para o Juiz de Paz do Rio Vermelho. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876), v.1. Fonte: Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juizes. Caixa 24: Florianópolis, 1993.

"singularidade": "Uma diferença cultural tão enfatizada por escritores luso-brasileiros na primeira metade do século XX em seus esforços para encontrar a singularidade histórica do contexto social catarinense" (CARDOSO, 2004, p.83).

4 POPULAÇÃO NEGRA EM DESTERRO

O capítulo 4 vai debater a construção da imagem de "Estado branco" em Santa Catarina, destacando a ausência de outras pertencas étnico-raciais na população catarinense, como afirmava Várzea (1985 [1900]):

Na população catarinense (a não ser nas colônias, com o alemão ou o italiano) não há quase cruzamento, sendo raro encontrar, entre ela, o tipo indígena do norte do Brasil ou o traço fisiológico do negro, que ali não prevaleceu senão insignificadamente, em pequeno número de mestiços, porque o tráfico do africano nessas plagas apareceu tardiamente [...]. De sorte que, pode afirmar-se, o povo catarinense é essencialmente ariano, com particularidade nos centros alemães ou italianos, como Joinville, Blumenau, Brusque, Nova Trento, Orleans e Nova Veneza, cidades e vilas que foram outrora colônias, e cujas populações hão de ser, no futuro, o fator de um novo tipo de brasileiro interessante, superior, perfeito... (VÁRZEA, 1985 [1900], p.22)

A historiografia local, influenciada pela narrativa da imigração euro-branca, contribui para a invisibilidade histórica e segregação da população de origem africana em Desterro. Nesse contexto, a memória sobre a presença africana se torna crucial para entender as complexidades da população negra, especialmente das mulheres, que desempenhavam papéis fundamentais na sociedade, como criadas, lavadeiras, amas de leite e quitandeiras.

Por fim, discute-se as mudanças ocorridas no processo de urbanização e na dinâmica da cidade de Florianópolis, com foco no Mercado Público local, como um reflexo das demandas populares, debates políticos, relações sociais e práticas cotidianas.

As transformações na cidade não podem ser totalmente compreendidas apenas por meio do planejamento urbano e da geografia, pois envolvem a interação complexa entre a cidade e a humanidade.

A presença e a atuação das pessoas negras, especialmente das mulheres, no comércio do antigo Desterro durante o século XIX são evidências da importância delas nas atividades econômicas locais e das tensões sociais estabelecidas nessa estrutura.

No entanto, a historiografia negligencia muitas vezes a contribuição da população negra, enaltecendo os imigrantes de origem euro-branca e ocultando os conflitos e precariedades enfrentados por essa população. Portanto, é crucial refletir sobre as redes de relações sociais que compõem o Mercado Público de

Florianópolis, a fim de ampliar nossa compreensão dessas identidades em constante evolução.

4.1 O “ESTADO BRANCO”

Desde o censo de 1872, Santa Catarina figura entre os estados com menor percentual de negros e maior declaração de pessoas brancas do país, o que lhe atribuiu a imagem de "Estado branco", "superioridade racial" e "desenvolvimento e progresso", como afirma Leite.

A estas imagens soma-se, também, uma de particular importância, que é a de Santa Catarina como “locus” de concretização do projeto imigrantista implantado desde meados do século XIX, visando principalmente o “branqueamento” do país. (LEITE, 1996, p.38)

No texto *Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação*, a antropóloga Ilka Boaventura Leite (1996) discorre sobre a construção da imagem de "Estado branco". Essa concepção é baseada em argumentos frágeis, como a alegação de que Santa Catarina teve um baixo contingente de mão de obra escrava devido às propriedades de pequeno e médio porte dedicadas à policultura de subsistência, e a ausência de uma economia voltada para o mercado externo. Um dos exemplos mais emblemáticos dessa retórica é encontrado na obra *O escravo numa economia minifundiária*, de Walter Piazza (1975).

Contudo, o significado atribuído à demografia do período escravocrata, especialmente ao se observar a quantidade de pessoas descendentes de africanos na antiga Desterro em comparação com outras regiões do país, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia, não é suficiente para determinar o nível de dependência dessa mão de obra (LEITE, 1996; PEDRO, 1988). Sobre esse aspecto, Cardoso (2004) pondera:

Como explicar o fato dos catarinenses, ao longo do século XIX, manterem praticamente um quinto da sua população em cativeiro, sendo que grande parte dela era formada por agricultores e gente ocupada em ofícios mecânicos? (CARDOSO, 2004, p.27).

No relato dos viajantes estrangeiros é possível identificar a participação dos negros na construção do Estado e, em alguns relatos, constata-se um grande contingente de mão de obra de origem africana. Como registrado por Pernetty (*apud* HARO, 1990) em sua viagem em 1763: "Os habitantes, homens e mulheres, vivem numa grande ociosidade, deixam aos seus escravos o cuidado da limpeza e

arrumação e o pouco trabalho que se faz na região" (HARO, 1990: 83). Além disso, Langsdorff (*apud* HARO, 1990) escreveu o seguinte sobre os escravos em 1803:

São principalmente estes infelizes [escravizados] que tratam da lavoura e executam os trabalhos mais pesados. A riqueza dos moradores daqui é avaliada, em geral, pelo número de escravos que eles possuem (HARO, 1990, p. 166).

A historiografia local, que privilegiou a imigração euro-branca em sua narrativa, é a reinvenção de uma capital por meio dos esforços políticos e altos investimentos, contribuindo para a colonização da memória de Desterro. Essa colonização ocorreu através do esquecimento ideológico da presença da população de origem africana (CARDOSO, 2004).

A retomada da memória sobre a presença africana, proposta por Cardoso (2004), também se configura como um caminho para debater as complexidades da população negra, superando a abordagem do *negro-tema* realizada pelas ciências sociais. Segundo Ramos (1995, p. 215), "o negro-tema é aquela coisa examinada, olhada, vista, ora como mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama atenção".

Assim, pensar a população negra em Desterro e suas formas de subsistência no século XIX significa reconhecer nas mulheres negras as principais representantes. Nas ruas, elas ocupavam funções como criadas, lavadeiras, amas de leite e quitandeiras, demonstrando sua astúcia e maneira barulhenta, o que contrastava com a visão idealizada das mulheres que dominava o imaginário dos intelectuais da época (CARDOSO, 2004).

A intersecção de raça e gênero torna ainda mais crítica a posição das mulheres descendentes de africanos na historiografia da capital catarinense e na compreensão de seu papel no desenvolvimento econômico local. Desde os primórdios, essas mulheres eram descritas nos periódicos e documentos oficiais da cidade, sendo referidas como "negras escravas" ou, em alguns casos, simplesmente "escravas". É o que descreveu o viajante Seidler (*apud* HARO, 1990) em 1825, ao relatar as dificuldades enfrentadas pelas negras escravas em seu trabalho como quitandeiras:

as pobres negras que vendiam doces, feitos por elas ou comprados; frequentemente os marinheiros ébrios lhes destruíam as quitandas ou arrebatavam os limões de cera cheios de água de cheiro com que aqui costumam tirotear pelo carnaval, e depois se recusavam a pagar os prejuízos.

As infelizes escravas tinham de expiar dolorosamente a culpa desses bandidos, mormente se tinham donos rigorosos, como era o caso geral, que as mandavam surrar nas costas e mais abaixo. (HARO, 1990, p. 283).

É importante ponderar que ao final da década de 1850 a demografia da Freguesia do Desterro se caracterizava como majoritariamente feminina, considerando as pessoas livres, libertas e escravizadas. E, considerando apenas as libertas e escravizadas, as mulheres também são maioria, o que aponta para uma população de descendência africana feminina:

Tabela 1 – Mappa da população da Freguesia do Desterro em 1859: contém a Freguesia de N. S. do Desterro 1.216 fôgos e 6.095 habitantes a Saber

Homens	Estados	Números	Mulheres	Estados	Números
Livres	Solteiros	1.372	Livres	Solteiras	1.675
	Casados	561		Casadas	566
	Viúvos	66		Viúvas	243
<i>Soma</i>		1.999	<i>Soma</i>		2.484
Libertos	Solteiros	78	Libertas	Solteiras	139
	Casados	21		Casadas	27
	Viúvos	3		Viúvas	10
<i>Soma</i>		102	<i>Soma</i>		176
Escravizados	Solteiros	624	Escravizadas	Solteiras	710
	Casados	0		Casadas	0
	Viúvos	0		Viúvas	0
<i>Soma</i>		624	<i>Soma</i>		710
Total		2.725	Total		3.370

Fonte: APESC - Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província (1842/1869)²⁶

Através da lógica de dominação legada pelo período escravocrata, a mulher negra é socialmente percebida em três papéis: mulata, mucama e mãe preta, de acordo com Gonzalez (2020). A autora complexifica essas categorias ao introduzir a noção de consciência e memória. A consciência é definida como o lugar do desconhecimento que justifica a alienação, enquanto a memória é o lugar do não-saber que conhece. Dessa forma, diante da rejeição, a consciência se expressa

²⁶ Ofício enviado pelo Delegado de Polícia: João Pinto da Luz, em 26 de janeiro de 1860, para o Presidente da Província. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Catálogo seletivo sobre a escravidão (1842/1860), v.1. Fonte: Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província (1842/1860). Caixa 24: Florianópolis, 1993.

como discurso dominante, ocultando a memória e buscando promover o esquecimento da história (GONZALEZ, 2020).

À luz das contribuições teóricas de Lélia Gonzalez (2020), que propõe repensar as ciências sociais brasileiras ao complexificar o desenvolvimento econômico e as desigualdades na capital catarinense por meio da posição da população negra, especialmente da mulher negra, esta pesquisa busca resgatar, em certa medida, o contexto do Mercado Público na década de 1850 para análise:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência... (GONZALEZ, 2020, p. 77)

Ou seja, Lélia Gonzalez (2020), expressa a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a representação da mulher negra na investigação das ciências sociais. Ela critica a tendência de reprodução e repetição de modelos que abordam a mulher negra apenas sob uma perspectiva socioeconômica, focada nos problemas decorrentes das relações raciais. A autora ressalta que essas abordagens deixam de explicar completamente a experiência da mulher negra, e isso se torna uma fonte de incômodo. Especificamente, as noções de mulata, doméstica e mãe preta são mencionadas como categorias que insistem em perpetuar uma visão limitada da mulher negra. O texto ressalta a importância de ampliar essas perspectivas e ir além das explicações tradicionais para uma compreensão mais abrangente da mulher negra.

4.2 A POPULAÇÃO NEGRA E O MERCADO PÚBLICO EM DESTERRO

As mudanças ocorridas no processo de urbanização e na dinâmica da capital catarinense são evidenciadas pela história do Mercado Público local. Ao longo dos anos, a cidade se transformou por meio das demandas populares, dos debates políticos, das divergências e concordâncias sobre assuntos públicos, das negociações, das relações sociais, dos ofícios e das práticas cotidianas, entre outros fatores.

De acordo com Sawaia (1995), a cidade e a humanidade estão interligadas, pois compartilham tanto a materialidade quanto a subjetividade. Nesse sentido, as mudanças na cidade refletem sua natureza complexa, sendo que o planejamento urbano e a geografia por si só não são suficientes para explicar sua dinâmica. O encontro de identidades em constante processo, tanto das pessoas como do território, desempenha um papel fundamental. Dessa forma, os espaços urbanos constroem discursos e influenciam impulsos cognitivos e afetivos.

A cidade não é o conjunto de ruas, edifícios e praças. É um símbolo complexo, que exprime a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado de existência humana. Seus espaços se estandardizam e tudo parece firmemente instalado, sólido, quando na verdade tudo circula sem cessar. Nessa circulação, entrelaçam-se múltiplos e distintos interesses que dissolvem os limites das coisas, criando articulações mais vastas e heterogêneas. (SAWAIA, 1995, p.21)

Nesse sentido, é crucial refletir sobre as redes de relações sociais que compõem o Mercado Público de Florianópolis, a fim de aprofundar nossa compreensão dessas identidades em constante evolução. Fabiane Popinigis (2012), por exemplo, aborda a forma negligente com que os pesquisadores situam a população negra na historiografia do Mercado Público da cidade:

Nas páginas de livros como Mercado - do mané ao turista, de Ricardo Mesquita, aparecem como sujeitos únicos desse processo os colonos alemães - que, nos conta o livro, com muita perseverança lograram vencer todas as dificuldades para chegar ao Mercado Público com seus produtos antes da construção da ponte Hercílio Luz, que desde 1926 liga a ilha ao continente - e os imigrantes açorianos. (POPINIGIS, 2012, p.46)

Segundo Popinigis (2012), a narrativa desenvolvida por Mesquita (2002) reforça a ideia de que a capital catarinense e o Mercado Público progredem ao longo do tempo, numa interpretação que retrata um "processo 'evolutivo' quase natural". Essa abordagem enaltece as maravilhas tecnológicas, como aviões, geladeiras e telefones, assim como o protagonismo de "ilustres" catarinenses de origem euro-branca, enquanto oculta os conflitos, as precariedades e a exploração da população de descendência africana que faz parte desse contexto.

A presença dos indivíduos negros no comércio da antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, hoje conhecida como Florianópolis, durante o século XIX evidencia sua importância nas atividades econômicas locais, bem como as complexas relações e tensões estabelecidas na estrutura social. Ao atuarem como pombeiros²⁷ ou quitandeiras no centro da cidade, os cativos, livres ou libertos de

²⁷ Pombeiro é aquele que compra ou atravessa, dentro dos limites do município, gêneros alimentícios para tornar a vender, a um ou a muitos, quer em tabuleiros, cestos e pelas ruas, praças, marinhas ou outros lugares públicos, quer em canoas, quer em botes a bordo de embarcações ou

origem africana desempenharam um papel fundamental na distribuição e abastecimento de alimentos (POPINIGIS, 2013).

Desde o final do século XVIII, as barracas das quitadeiras ocupavam a Praça do Mercado²⁸, sendo geridas por descendentes de africanos como Maria Calabá, Joanna Prates e Joaquim Ignácio da Silva, entre outras. Todas essas pessoas pagavam um imposto de cinco mil réis para permanecer no local (POPINIGIS, 2012). Em 1845, as "casas de quitanda" foram transferidas para as proximidades do Forte Santa Bárbara, por conta da visita do imperador Dom Pedro II e da imperatriz Thereza Christina à cidade. No ano seguinte, em 1846, foi aprovada uma lei que autorizava a construção do primeiro Mercado Público no local, e as quitandas nunca mais retornaram.

As mulheres escravizadas e libertas da Freguesia do Desterro vendiam diversos produtos, como doces, legumes, frutas, comida preparada e peixe seco. No entanto, a presença dessas trabalhadoras negras no centro da capital da província causava desconforto na elite e legisladores da capital, que estavam preocupados com uma ideia de embelezamento e estética da cidade. Segundo eles, era necessário remover essas mulheres do local para garantir o "bom gosto" e a "formosidade" do espaço (POPINIGIS, 2013).

Com isso, na década de 1840, o presidente da província na época, Antero Ferreira de Brito, defendia a construção do primeiro Mercado Público como uma alternativa para deslocar as barracas de quitanda, opondo-se à proposta da Câmara Municipal.

Obcecado pelo "aformoseamento" da Capital da Província, talvez bem mais do que com seu saneamento – bem ao espírito da época –, contrapõe-se às intenções da Câmara Municipal de construir barracões na Praça da Matriz, afirmando empenhar-se em propiciar as condições para a construção de um Mercado Público que atendesse às necessidades de compra e venda da população, mas que também embelezasse o local. (POPINIGIS, 2013, p. 157).

Não apenas as intervenções urbanísticas da antiga Desterro regulavam e fiscalizavam a circulação dos negros e negras, dificultando sua atuação no comércio local, mas também a construção de estereótipos negativos relacionados às quitadeiras e aos pombeiros contribuiu para a legitimação de sua exclusão, conforme aponta Fabiane Popinigis (2013).

mesmo no mercado. "Artigo primeiro da resolução de 3 de maio de 1851, publicado em *O Despertador* de 12 de julho de 1864" (POPINIGIS, 2013, p. 9).

²⁸ A Praça do Mercado localizava-se no Largo da Matriz (POPINIGIS, 2013).

A curiosa associação entre “vagabundos”, “mendigos” e “pretos vadios” em ajuntamentos que, obviamente, eram compostos basicamente de trabalhadores a “escravos, carregadores, vendedores, pombeiros, marinheiros, soldados” foi uma tendência que persistiu de meados da segunda metade do século XIX a seu auge na Primeira República. [...]

As quitandeiras, por exemplo, apesar do serviço prestado, eram frequentemente citadas como estorvo, ou ao menos como presença desagradável e destoante da imagem de cartão-postal que homens como Antero de Brito tinham em mente para as capitais do Império. (POPINIGIS, 2013, p. 166).

Entre 1850 e 1851, das 63 pessoas que pagavam impostos como pombeiros e quitandeiras, 37 eram homens e 26 mulheres. Dos homens, 14 pagavam impostos para um escravo (2) ou escrava (12) comercializarem seus produtos. Das 26 mulheres que pagavam impostos, 3 eram pretas libertas e 13 ainda estavam escravizadas. Entre aquelas que pagavam imposto como pombeiras, equivalente a 3.200 réis mensais, estavam as pretas forras Rita de Jesus, Ana Maria e Catharina (POPINIGIS, 2012).

Em 1854, dos 23 espaços de quitanda disponíveis no Mercado Público, inaugurado em 1851, 20 eram ocupados por mulheres e 3 por homens. Entre essas pessoas, sete possuíam nomes que faziam referência ao seu grupo étnico de origem africana, como Simôa Mina, Anna Mina, Maria Mina, Josefa Caçange, Esperança Cabinda, Luiza Cabinda, Zeferina Calabá e Luiz Congo. Nesse mesmo período, 30 pessoas pagavam impostos para exercer a função de pombeiro, sendo 16 homens e 14 mulheres: Luiza Cabinda, Anna Mina, Zeferina Calabá, Josefa Caçange, Esperança Cabinda e Margarida. Cada uma delas pagava 3.200 réis mensais aos cofres municipais (POPINIGIS, 2012).

Na interpretação de Popinigis (2012), esses dados apontam para o fato de que a maioria das quitandeiras que atuavam no Mercado Público nesse período eram de descendência africana. Algumas dessas pessoas desempenhavam suas atividades tanto dentro como fora do prédio do Mercado, acumulando funções como quitandeiras, pombeiras e mascates. Os arranjos de trabalho também são evidenciados, incluindo trabalhadores alforriados e aqueles que atuavam como “negras e negros de ganho”.

No caso de Desterro, outros trabalhos mostram que mulheres [não negras] viúvas ou solteiras dependiam do trabalho de escravos e escravas de ganho para seu sustento, numa relação de dependência mútua que permitia que permitia a estes últimos certa autonomia e algum poder de barganha. (POPINIGIS, 2012, p.217)

Popinigis (2012) discorre sobre a atuação de Joanna Prates, uma preta alforriada, que chama a atenção devido às condições restritivas impostas à

população negra para participar dos processos de distribuição de gêneros alimentícios em Desterro. Em 1851, Joanna pagava 5.000 réis de imposto para manter sua casa de quitanda. Após o início das operações do Mercado Público, Joanna deixou de alugar a casa de quitanda e passou a ocupar um espaço entre as colunas no interior do prédio do Mercado em conjunto com Joana Rosa.

Entre agosto de 1855 e julho de 1856, Joanna alugou o box 3 no Mercado em seu próprio nome. Como não era alfabetizada, o contrato foi assinado por Jacintho Francisco, e o valor pago era de 6.600 réis, sendo ela a locatária que pagou o maior valor dentro de um grupo de nove pessoas: "Além de ser a única escravizada (provavelmente africana) a constar nos contratos, ela também é a única mulher" (POPINIGIS, 2012).

Não havia restrições legais para que Joanna Prates, sendo alforriada, alugasse um box no Mercado Público. Contudo, após 1956 seu nome não aparece mais entre os arrendatários e os valores para todos passam a ser de 5.000 réis, apenas ela pagava 6.000 réis. Dali em diante, seu ofício de quitanda seria desempenhado no vão entre as colunas do Mercado. Vale salientar que para as pessoas escravizadas haviam restrições:

No caso dos escravos, havia determinações legais para impedir seu acesso a determinadas posições no comércio, dentro e fora do Mercado Público: o artigo 128 do Código de Postura de Desterro, de 1845, proibia que pessoas na condição de escrava ocupassem a posição de caixeiro em qualquer casa comercial. Construído o Mercado Público, seu regulamento interditava aos escravos vender carne ou pescados, a não ser que estivessem diretamente subordinados aos próprios "carniceiros" ou pescadores (POPINIGIS, 2012, p. 221)

Mesmo com as regulamentações que restringiam e buscavam controlar a população negra em Desterro, até a década de 1860, o Mercado Público alimentava a expectativa de autonomia e liberdade para os descendentes de africanos. No entanto, a partir desse período, as circunstâncias começaram a se configurar de maneira a dificultar cada vez mais a atuação dessa população como comerciantes.

5 CONCLUSÃO

A teoria neoclássica da economia possui lacunas na abordagem dos assuntos relacionados às relações raciais, o que limita a compreensão das interações sociais e históricas. Vertentes econômicas como a marxista, keynesiana, schumpeteriana, neo-ricardiana e cepalina também apresentam abordagens limitadas sobre o tema. No entanto, é fundamental considerar aspectos históricos, culturais, psicológicos e psiquiátricos para uma análise mais abrangente da economia e suas relações com a sociedade.

Existem estudos econômicos que abordam as relações raciais, incluindo a discriminação no mercado de trabalho e o acesso a serviços públicos. Autores marxistas entendem o racismo e a discriminação racial como elementos estruturais do sistema capitalista. O imperialismo europeu e a formação do sistema capitalista estão intrinsecamente ligados à construção de hierarquias de poder e desigualdades, incluindo as relações de gênero. No contexto brasileiro, a força de trabalho negra foi mantida à margem, o que contribuiu para a persistência das desigualdades raciais no país.

A pesquisa analisa a construção da imagem de um "Estado branco" em Santa Catarina, enfatizando a ideia de superioridade racial e o projeto de imigração voltado para o "branqueamento" do país. No entanto, evidências históricas e relatos de viajantes estrangeiros contradizem essa narrativa, revelando a presença significativa de descendentes de africanos e sua contribuição para a formação do Estado. A historiografia local, que deu preferência à imigração europeia, negligenciou a presença africana, reforçando estereótipos e apagando sua participação na sociedade. A interseção entre raça e gênero torna ainda mais crítica a posição das mulheres descendentes de africanos na historiografia, que foram descritas de forma estereotipada e marginalizadas em sua atividade econômica.

A reflexão proposta por Lélia Gonzalez destaca a importância de repensar as ciências sociais brasileiras, considerando a complexidade do desenvolvimento econômico e as desigualdades sob a perspectiva da população negra, especialmente das mulheres negras. A relação entre a imprensa catarinense e a presença da população descendente de africanos nos textos revela uma conexão assimétrica e expõe aspectos sociais e políticos da época. A chegada tardia dos

jornais no Brasil, devido às restrições da Coroa Portuguesa, afetou a disseminação de ideias e a formação da opinião pública.

Desde o surgimento da imprensa em Santa Catarina, os jornais abordavam o descontentamento com a presença da população negra na região central, clamando por sua remoção e questionando seu papel na sociedade. Ao mesmo tempo, a elite catarinense dependia da mão de obra escravizada, o que se refletia nos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos nos jornais. A população negra era estigmatizada e culpabilizada pelos males da escravidão, enquanto a preferência pelo colonizador branco como imigrante buscava promover a modernidade e o progresso.

Apesar das restrições e tentativas de remoção pela elite local, negras e negros desempenhavam um papel importante no comércio e abastecimento da cidade, principalmente como quitadeiras no Mercado Público. A análise desses textos históricos revela as complexas relações sociais e as tensões presentes na estrutura social da época, ressaltando a importância de considerar a perspectiva da população negra ao examinar a história de Santa Catarina.

A existência e dependência do trabalho da população negra na capital catarinense é um tema profícuo e complexo, sobretudo para pensar o desenvolvimento econômico local, que aguarda o preenchimento de lacunas seculares, a fim de responder questões levantadas nessa pesquisa. Há muitas questões que precisam de respostas como: É possível mensurar o nível de dependência econômica do município referente ao trabalho da população negra? Como o desenvolvimento econômico pode ser pensado considerando os marcadores da diferença como raça, gênero e classe, a fim de dar conta do contexto brasileiro, especialmente na região sul, sem ocultar as presenças não brancas?

É no campo das ciências econômicas e no seio da produção científica da Universidade Federal de Santa Catarina, que tanto contribuiu para a elaboração do açorianismo, que repousa a demanda de avançar nas pesquisas concernentes à desocultação da presença negra.

REFERÊNCIAS

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Registro das correspondências do Presidente da Província para os Juízes (1835/1876). v1. Caixa 24. In: **Catálogo seletivo sobre a escravidão (1835/1876)**. Elaborado por: Neusa Rosane Damiani Nunes. Florianópolis, 1993. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/c/3/0/c30c08772cda3ba67e2b9faa3de88af1d12dbe48330bf4f900ec39febf627275/CATALOGO_SELETIVO_ESCRAVIDAO_-_1835-1876_V._1.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2023.

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província (1842/1869). v1. Caixa 24. In: **Catálogo seletivo sobre a escravidão (1842/1869)**. Elaborado por: Neusa Rosane Damiani Nunes. Florianópolis, 1993. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/8/7/8/8780d05e749b5b7518d28e615f1a9821022f18b94338de1868a5ccb816819761/CATALOGO_SELETIVO_ESCRAVIDAO_-_1842-1869_V._1.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2023.

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1833/1870). Caixa 26. In: **Catálogo seletivo sobre a escravidão**. Organização e revisão: Giovania Nunes. Digitação: Sara Silva de Oliveira, 2011. Florianópolis, 1993. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/2/3/3/233b68fc6678b64032633a5d1e7d40d047dae8724596eedb7ae71eb604edc92c/CATALOGO_SELETIVO_SOBRE_A_ESCRAVIDAO_1833-1870.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2023.

BARBOSA, João Mitia Antunha. **Presença, ocultação e permanência**: Os Guarani da região Metropolitana de Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

BOCCHI, João Ildebrando [et al.] **Monografia para economia**. Organização: João Ildebrando Bocchi. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARDOSO, Paulino. **Negros em Desterro**: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: CasAberta, 2004.

CLETISON, Joi. **Arquipélago dos Açores e litoral catarinense**: século XVIII a XXI. Disponível em: <https://nea.ufsc.br/files/2012/05/Arquipelago_dos_Acores_e_Litoral_Catarinense_JoiCletison.pdf>. Acesso em 08/01/2021.

COELHO, Jerônimo Francisco. **O Catharinense**. n. 22 de 25 de janeiro de 1832. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885177&pagfis=11>> Acesso em 02 de julho de 2023.

CULLETON, Billy. Demolido em 1899 – Há 170 anos foi inaugurado o primeiro Mercado Público de Florianópolis. Disponível em: <<https://floripacentro.com.br/demolido-em-1899-ha-170-anos-era-inaugurado-o-primeiro-mercado-publico-de-florianopolis-frente-a-praca-xv/>> acesso em 04/07/2022> Acesso 04/07/2022.

DAMATTA, Roberto. A mão visível do estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. In: **Anuário Antropológico**/99: 37-64. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. Editora Boitempo. São Paulo. 2016 [1981].

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. **Etnografando documentos: pesquisa antropológica entre papéis, carimbos e burocracias**. Organização: Letícia Ferreira, Laura Lowenkron. 1ª Edição. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FERREIRA, Sergio Luiz. **A “açorianização” do litoral catarinense no setecentos**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-a%C3%A7orianiza%C3%A7%C3%A3o-do-litoral-catarinense-no-Setecentos-S%C3%A9rgio-Luiz-Ferreira.pdf>. Acesso em 08/01/2021.

FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. Tradução: Fábio D. Watenberg. Editora Saraiva. São Paulo. 2003.

GARREFA, Fernando. **O shopping center em Ribeirão Preto: especificidades e tendências**. III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade. 2015. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/049-garrefa.pdf> Acesso em 04/07/2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª Edição. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2020.

HARO, Martim Afonso Palma de. **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: EdUFSC, 1990.

HARVEY, David. Como o poder norte-americano se expandiu. In: **O Novo Imperialismo**. Ed. Loyola. São Paulo. 2003.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2017.

HORBACH, Adriana Maurer; ECKERT, Natalia Hauenstein. **Os mercados públicos na história**. XXIV Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão. 2019;

ICS – Instituto de Ciências Sociais. **Licenciatura em ciências sociais: antropologia 1**. Curso de educação à distância. Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/176504/2/Ci%C3%AAsCiasSociais_Antropologia1.pdf> Acesso em 02 de julho de 2023.

JEVONS, Stanley. **A teoria da economia política**. Coleção Os Economistas Tradução: Claudia Moraes. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1871].

KILOMBA, Grada, **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Editora Insular. Florianópolis, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura; OLIVEN, Ruben George. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MACHADO, Alzemi. **A imprensa catarinense no Século XIX: catálogo descritivo e ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina – Hemeroteca Digital Catarinense**. Florianópolis. FCC Edições 2020.

MAIA, Cauane Gabriel Azevedo. **Vozes negras em Florianópolis: escrituras antropológicas do Morro das Mulheres**. 1ª Edição. Curitiba: Appris, 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Tradução e apresentação: Eunice R. Durham. São Paulo, Editora Ubu, 2018.

MARIN, Solange Regina. **Entre os intérpretes do Brasil, a contribuição de Lélia Gonzalez**. XXVI Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL 2023. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2023/submissao/files_i/i1-77dcf6c0043caed1b2db736a694776ff.pdf> Acesso em 03 de julho de 2023.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Volume 2. Tradução: Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1984 [1871].

MASCARENHAS, André Ofenhejm. **Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas**. RAE - Revista de Administração de empresas. v.42, n. 2. Abri/jun. São Paulo, 2002.

McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial**. Ed. Unicamp. Campinas. 2010.

MENESES, Avelino de Freitas. **Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos: Poderes e Instituições**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993.

MESQUITA, Ricardo Moreira. **Mercado: do Mané ao turista**. Gráfica 66. 2002;

MINT, Sidney. A antropologia da produção de Plantation. In: SORJ, B.; CARDOSO, F.H.; FONT, M. (Org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008, p. 127-136.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. **A arquitetura dos mercados públicos: tipos, modelos e referências projetuais**. Vitruvius. Ano 12, nov. 2011. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>> Acesso em 04/07/2022.

NASCIMENTO, Abdias do *et al.* **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

O Argos, da Província de Santa Catarina. n. 35 de 02 de outubro de 1856. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=233889&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=129>> Acesso em 02 de julho de 2023.

O Conciliador Catharinense, n. 5 de 23 de maio 1849. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=885452&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=13>> Acesso em 02 de julho de 2023.

ONTO, Gustavo. Documentando relações e relacionando documentos: sobre a materialidade das práticas de conhecimento na regulação econômica. In: **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Letícia Ferreira; Laura Lowenkron (Org.) Rio de Janeiro: E-papers, 2020, p. 53-76.

PAIXÃO, Marcelo. **O Justo Combate: relações raciais e desenvolvimento em questão**. Revista Simbiótica. vol.2, n.2, dez., 2015.

PEDRO, Joana Maria. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. São Paulo: Mercado Aberto, 1988.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>.

PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Editora UDESC. Florianópolis, 1975.

PIAZZA, Walter F. **A epopéia Açórico-Madeirense 1747-1756**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana**. Cidades, v.3, nº 5, 2006.

POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras”: experiências de trabalho e estratégia de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro - 1840-1890. In: **Afro-Ásia**, 46. 2012.

POPINIGIS, Fabiane. Mulheres africanas e o pequeno comércio em Desterro, século XIX. In: **ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**. UFSC. Florianópolis, 2013.

POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: Beatriz Gallotti Mamigonian; Joasean Zimmermann Vidal. (Org.). **História Diversa - africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. 1ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

SANTOS, Hélio Cantos dos; CHAVES, Celma. A permanência do comércio tradicional: o mercado público da Pedreira. In: **V Colóquio Internacional sobre o comércio e a cidade: uma relação de origem**. 2016. Disponível em: <<http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/04/035-helinho.pdf>> Acesso em 04/07/2022.

SAWAIA, B. Bader. **O calor do lugar: segregação urbana e identidade**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SCHMITZ, Paulo Clóvis; SILVA, Danísio. **Mercado Público e suas histórias**. Florianópolis. Edição do Autor. 2013.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. SENAC. São Paulo, 2001.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – a Ilha**. Lunardelli. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985 [1900].